



**Mauro Ventura  
da Mota**

**Estudo do Impacto da Lei n.º 50/2012,  
de 31 de agosto**



**Mauro Ventura  
da Mota**

**Estudo do Impacto da Lei n.º 50/2012,  
de 31 de agosto**

Dissertação apresentada à Universidade de Aveiro para  
cumprimento dos requisitos necessários à obtenção do grau  
de Mestre em Contabilidade no Ramo de Auditoria,  
realizada sob a orientação científica da Dra. Cristina  
Miranda, Professora do Instituto Superior de Contabilidade  
e Administração da Universidade de Aveiro.

**o júri**

presidente

Professora Doutora Graça Maria do Carmo Azevedo  
Professora adjunta da Universidade de Aveiro

vogais

Professor Doutor João Batista da Costa Carvalho  
Professor Associado com Agregação, Universidade do Minho  
(Arguente principal)

Professora Doutora Maria Cristina Souto de Miranda  
Professora adjunta da Universidade de Aveiro (Orientadora)

## **agradecimentos**

No culminar da conclusão deste estágio não podia deixar de expressar o meu agradecimento por todos aqueles que direta ou indiretamente, contribuíram para a sua realização.

Agradeço à minha orientadora no Instituto Superior de Contabilidade e Administração de Aveiro, Professora Cristina Miranda, pelo apoio e disponibilidade prestados.

Agradeço à minha orientadora na SMART Vision, Coordenadora de Projetos, Vera Guedes, pela orientação dada, pelo conhecimento transmitido e pela sua incansável dedicação no decorrer deste estágio curricular.

Agradeço a toda a equipa da SMART Vision, em especial obrigado ao Dr. Sérgio Chéu, Diretor Geral da SMART Vision, pela amizade, oportunidade e constante disponibilidade, bem como por todos os conhecimentos transmitidos e pelas experiências que me permitiu usufruir.

Agradeço aos meus amigos, pela amizade demonstrada e pelos momentos partilhados.

Agradeço aos meus pais e às minhas irmãs pelos princípios incutidos e sacrifícios realizados para tornarem isto possível. E principalmente por todo o amor e carinho que sempre deram.

Agradeço à Ana por todo o seu apoio e amor que sempre me deu na prossecução desta fase da minha vida, e por estar sempre presente.

Obrigada a todos pela força e coragem que me incutiram, pela compreensão, pelas palavras amigas, e pelo amor e amizade demonstrada.

---

**palavras-chave**

Empresas municipais, Setor da Atividade Empresarial Local, Reforma da Administração Pública, Participações Locais, Serviços Municipalizados.

**resumo**

No âmbito da conclusão do mestrado em Contabilidade, realizou-se um estágio curricular na entidade SMART Vision, Assesores e Auditores Estratégicos, Lda.

O facto de Portugal estar inserido no Projeto Europeu, obriga ao cumprimento das diretivas europeias com consequências nos seus setores de atividade económico-financeira. Face ao débil estado económico-financeiro do país, houve a necessidade de proceder a algumas reformas por imposição dessas diretrizes. Uma dessas reformas tem particular importância na realidade do nosso país - a Reforma da Administração Local, que tem como objetivo, melhorar a gestão do território e a prestação dos serviços públicos aos cidadãos.

Uma das medidas implementadas com a Reforma da Administração Local em Portugal foi a publicação da Lei n.º 50/2012, a 31 de agosto, que aprovou o novo Regime Jurídico da Atividade Empresarial Local e das Participações Locais, revogando, assim, todos os outros normativos.

Uma consulta sobre o Estado da Arte do funcionamento da atividade empresarial local permitiu fazer, de forma sustentada, o enquadramento de uma empresa municipal, escolhida convenientemente, à luz da Lei n.º 50/2012, de 31 de agosto. Para o efeito procedeu-se à recolha de elementos financeiros, contabilísticos e humanos da empresa municipal em questão para, posteriormente, se implementar o Plano de Ação que definido em conformidade com a decisão estratégica do Município.

Com a elaboração do presente relatório de estágio pretende-se compreender a evolução e a transição da Reforma da Administração Local em Portugal, enquadrando o impacto do novo Regime Jurídico da Atividade Empresarial Local e das Participações Locais, na atividade dos municípios.

---

**keywords**

Municipal Enterprises, Setor Activity Local Business, Public Administration Reform, Local Participation, Municipal Services.

**abstract**

In the context of the conclusion of the master's degree in Accounting, was held a curricular training at the company SMART Vision, strategic advisors and auditors, Lda.

The fact that Portugal is inserted in European Project, requires the fulfilment of European directives with consequences in their sectors of economic-financial activity. Given the poor state of economic-financial country, it was necessary to carry out some reforms imposed by these guidelines. One of these reforms has particular importance in the reality of Portugal - the reform of the Local Administration, which aims to improve the management of the territory and the provision of public services to citizens. One of the measures implemented with the reform of Local Government in Portugal was the publication of Law no. 50/2012, on 31 August, which adopted the new legal regime of local business activity and of local Holdings, revoking, thus, all the other normative.

A consultation on the state of the art of the functioning of local business activity has enabled to do, in a sustained manner, the framework of a municipal enterprise, chosen conveniently, in the light of the Law no. 50/2012, of 31 August.

For the purpose was collected financial and human data related with the municipal company in question and then implement the plan of action that defined in accordance with the strategic decision of the Municipality.

The drafting of this report, aims to understand the evolution and the transition of the reform of Local Government in Portugal, which amplify the impact of the new legal regime of local business activity and participation in local activity of municipalities.

---

# Conteúdo

Conteúdo .....	7
Lista de Anexos .....	8
Lista de Tabelas .....	9
Lista de Abreviaturas .....	10
Lista de Siglas .....	11
Capítulo I – Introdução .....	12
1.1. Apresentação do tema .....	12
1.2. Formulação do Problema .....	13
1.3. Definição dos objetivos da investigação .....	13
1.4. Justificação teórica e prática do problema .....	14
1.5. Estrutura escrita do trabalho .....	14
Capítulo II – Enquadramento da entidade SMART Vision .....	16
2.1. Génese .....	16
2.2. Enquadramento no mercado .....	16
2.3. Missão .....	16
2.4. Visão .....	17
Capítulo III - Estado da arte .....	18
3.1. Enquadramento do Setor Público Empresarial Local .....	18
3.2. Regime Jurídico do Setor Empresarial Local .....	20
3.3. Génese .....	21
3.3.1. Lei n.º 58/1998 de 18 de agosto vs. Lei n.º 53-F/2006 de 29 de dezembro .....	21
3.3.2. Livro Branco .....	25
3.4. Evolução da Lei n.º 50/2012 .....	34
3.4.1. Estrutura de processos .....	46
Capítulo IV – Metodologia de Investigação .....	47
4.1. Metodologia desenvolvida .....	47
4.2. Atividades desenvolvidas .....	48
Capítulo V – Estudo de Caso .....	49
5.1. Âmbito .....	49
5.2. Pressupostos .....	49
5.3. Enquadramento Lei n.º 50/2012, de 30 de agosto .....	51
5.3.1. Cenário de Implementações .....	53
5.4. Implementação do cenário definido (plano de ação) .....	57
5.5. Apresentação dos Resultados .....	61
Capítulo VI – Conclusão .....	68
Bibliografia .....	70

## **Lista de Anexos**

Anexo 1: Representação dos Processos existentes no Capítulo VI da Lei n.º 50/2012 de 31 de agosto

Anexo 2: Listagem dos postos de trabalho indispensáveis para a prossecução das atividades a integrar ou a internalizar



## Lista de Tabelas

Tabela 1: O universo SEL em 2009 .....	28
Tabela 2: Distribuição das empresas do SEL por CAE de nível 1 .....	28
Tabela 3: Distribuição das empresas do SEL, por data de criação/início de atividade .....	29
Tabela 4: Motivações associadas à criação de empresas do SEL ou aquisição de participação social em empresas do SEL (% do total) .....	29
Tabela 5: Áreas de intervenção do SEL.....	30
Tabela 6: Enquadramento face às situações referidas no n.º 1 do Art. 62.º do RJAELPL .....	52
Tabela 7: Balanço de Prestação de Contas reportados à data 1 de abril de 2013 .....	62
Tabela 8: Demonstração de Resultados reportados à data de 1 de abril de 2013.....	63
Tabela 9: Balanço de Partilha à data de 1 de abril de 2013.....	64
Tabela 10: Aplicação da percentagem de Participação ao valor total a Partilhar.....	65
Tabela 11: Discriminação do Ativo e Passivo a partilhar .....	65
Tabela 12: Previsão das Disponibilidades Orçamentais necessárias à internalização .....	66

## Lista de Abreviaturas

Art.	Artigo
Arts.	Artigos
Pág.	Página
Págs.	Páginas
Para.	Parágrafo
N.º	Número
%	Porcentagem
Vs	Versus

## Lista de Siglas

RJAELPL	Regime Jurídico da Atividade Empresarial Local
SEL	Setor Empresarial Local
DGERT	Direção-Geral do Emprego e das Relações de Trabalho
IAPMEI	Instituto de Apoio às Pequenas e Médias Empresas e ao Investimento
PME	Pequena e Média Empresa
FINCRESCE	Financiamento de Estratégias de Crescimento das Empresas
POCP	Plano Oficial de Contas Públicas
SNC	Sistema de Normalização Contabilística
POC	Plano Oficial de Contas
RJSEL	Regime Jurídico do Setor Empresarial Local
ANMP	Associação Nacional de Municípios Portugueses
ISEG	Instituto Superior de Economia e Gestão
CTT	Correios, Telégrafos e Telefones de Portugal
CAE	Classificação das Atividades Económicas
QCA II	Quadro Comunitário de Apoio II
IVA	Imposto de Valor Acrescentado
IES	Informação Empresarial Simplificada
VAB	Valor Acrescentado Bruto
NEBITDA	Negative Earnings Before Interest, Taxes, Depreciation and Amortization
IGF	Inspeção-geral das Finanças
DGAL	Direção Geral das Autarquias Locais
POCAL	Plano Oficial de Contas das Autarquias Locais
NCRF	Normas Contabilísticas de Relato Financeiro
CNC	Comissão de Normalização Contabilística
NIRF	Normas Internacionais de Relato Financeiro
IASB	International Accounting Standards Board

# Capítulo I – Introdução

## 1.1. Apresentação do tema

O presente relatório de estágio pretende ajudar a compreender a evolução e a transição da Reforma da Administração Local em Portugal, enquadrando o impacto do novo RJAEPL, aprovado pela publicação da Lei n.º 50/2012 de 31 de agosto na atividade local de um município.

E com a análise da informação obtida, tentar verificar se a mudança da Administração Pública e as reformas feitas à mesma, propiciam uma gestão eficaz e eficiente dos recursos públicos disponibilizados pelo Estado Português.

Tendo em consideração as profundas mudanças operadas na organização e na atividade administrativa que percorrem à privatização da Administração Pública, é essencial “tratar o tema das empresas municipais (e intermunicipais), pois elas representam um interessante ponto de encontro entre o público e o privado na Administração Pública”. (Oliveira, 2001, p. 127)

Esta temática surge em virtude da adesão de Portugal ao Projeto Europeu e pela sua atual conjuntura económico-financeira, de onde foram anunciadas e iniciadas as profundas reformas estruturais face ao memorando do entendimento com o organismo europeu, Troika.

Este organismo é constituído pela Comissão Europeia, o Banco Central Europeu e o Fundo Monetário Internacional, e tem como finalidade, executar as medidas que visam a contenção do nível de endividamento público excessivo.

Tendo como principais objetivos: melhorar a eficiência da administração pública pela eliminação de redundâncias, simplificando procedimentos e reorganizando serviços; regular a criação e o funcionamento de todas as entidades públicas; e eliminar as estruturas sobrepostas na estrutura do Estado, reduzindo número de organismos e entidades, mantendo a qualidade na prestação do serviço público. (*Portaria n.º 103/2013 de 19 de Março do Ministério da Justiça*, 2013)

Aliado a estas circunstâncias, assiste-se a nível local, à implementação de várias medidas de reforma na Administração Pública Local. Essas mesmas medidas, surgem em virtude do Documento Verde da Reforma da Administração Pública Local.

Segundo o Documento Verde do Gabinete do Ministro Adjunto e dos Assuntos Parlamentares (2011, p.9), é essencialmente para o futuro de Portugal:

- “1. Promover maior proximidade entre os níveis de decisão e os cidadãos, fomentando a descentralização administrativa e reforçando o papel do Poder Local como vector estratégico de desenvolvimento;
2. Valorizar a eficiência na gestão e na afectação dos recursos públicos, potenciando economias de escala;
3. Melhorar a prestação do serviço público;
4. Considerar as especificidades locais (áreas metropolitanas, áreas maioritariamente urbanas e áreas maioritariamente rurais);
5. Reforçar a coesão e a competitividade territorial”.

“Deste modo, toda a Reforma da Administração Local deverá estar orientada para a melhoria da prestação do serviço público, aumentando a eficiência e reduzindo custos, pretendendo-se assim, reforçar o municipalismo e a promoção da coesão e competitividade territorial”. (Ibidem)

A reforma anteriormente citada teve início com a elaboração do Livro Branco do Setor Empresarial Local (SEL), através da análise das orientações e recomendações proferidas pela comissão de acompanhamento do referido livro.

Segundo Paiva dos Reis (2012), do Livro Branco do SEL resultou a aprovação de um novo quadro legislativo para a atividade empresarial local, e que abrange uma reformulação do regime referente aos serviços municipalizados.

Surge neste âmbito, a publicação da Lei n.º 50/2012 de 31 de agosto, o objeto de estudo, que aprovou a regulamentação do novo RJELPL, colocando assim, novas imposições ao nível das estruturas empresariais locais, e revogando os normativos da epígrafe anteriores.

## **1.2. Formulação do Problema**

Com o presente relatório visa-se responder à seguinte questão: “Qual o impacto da implementação do novo Regime Jurídico regulador da Atividade Empresarial e Participações Locais, aprovado pela Lei n.º 50/2012 de 31 de agosto, no funcionamento da atividade local?”

## **1.3. Definição dos objetivos da investigação**

O presente relatório de estágio tem essencialmente como conteúdo, a análise do impacto do novo RJELPL, sendo o objeto de análise, uma determinada empresa municipal, que para efeitos do presente relatório será identificada por Empresa Municipal ABC.

Os resultados desta investigação advêm de um projeto desenvolvido pela entidade SMART Vision, Assessores e Auditores Estratégicos, Lda., ao Município de AAA.

Com esta investigação da análise do RJELPL pretende-se analisar a problemática geral da relação da Administração Pública com o Direito Privado, verificando se a mudança da Administração Pública e as reformas feitas à mesma, propiciam uma gestão eficaz e eficiente dos recursos públicos disponibilizados.

E pretende-se também analisar os dados recolhidos da empresa municipal em estudo, à luz do diploma do RJELPL, para se verificar posteriormente, se existem indícios de que os problemas identificados tenham sido solucionados com a Reforma da Administração Local conforme se pretendia que acontecesse.

## **1.4. Justificação teórica e prática do problema**

Em termos teóricos e conforme já mencionado anteriormente, o tema de estudo pretende analisar a problemática geral da relação da Administração Pública com o Direito Privado, ou seja, analisar a relação da regulação da atividade empresarial local com a Empresa Municipal ABC.

Possivelmente poderá ser verificar-se, se a mudança do atual modelo autárquico visa uma reforma da gestão, da política e do território, e se esta propicia uma administração mais eficaz e eficiente com a consequente racionalização dos recursos públicos.

Relativamente aos termos práticos, com a abordagem à Empresa Municipal ABC, pretende-se primeiramente sob a perspetiva formal realizar um enquadramento da mesma entidade através de uma aproximação jurídica. E subsequentemente, realizar um enquadramento da Lei n.º 50/2012 de 31 de agosto, sob uma perspetiva material através de uma aproximação económico-financeira.

Em suma, pretende-se com este estudo, analisar os efeitos das medidas introduzidas com a reforma da administração local no enquadramento jurídico de uma empresa municipal, no âmbito do RJAEPL.

## **1.5. Estrutura escrita do trabalho**

A estrutura do presente relatório de estágio reparte-se por cinco capítulos.

No primeiro capítulo, a Introdução, procede-se a uma breve apresentação do tema, à formulação do problema, à definição dos objetivos de investigação, à justificação teórica e prática do problema, e à descrição da estrutura escrita do trabalho.

No segundo capítulo, Enquadramento da entidade SMART Vision, procede-se a uma descrição da sua génese, a um enquadramento no mercado e à apresentação da missão e visão da entidade.

No terceiro capítulo, Estado da Arte, procede-se à revisão da literatura de teorias e pesquisas anteriores relacionadas com o âmbito do tema. De uma forma mais específica, procurou realizar-se um enquadramento do setor público empresarial local, proceder-se à descrição da génese dos normativos revogados pela Lei n.º 50/2012 de 31 de agosto, abordando também o Livro Branco do SEL e a evolução da Lei n.º 50/2012 de 31 de agosto. Termina-se este capítulo com a caracterização dos processos de alienação, dissolução, transformação, integração, fusão e internalização, presente na Lei n.º 50/2012 de 31 de agosto.

No quarto capítulo, Metodologia, procede-se à explicação da formulação do problema, especificando e delimitando a formulação do problema, posteriormente, à explicação da metodologia de investigação desenvolvida, especificando a estrutura da investigação realizada. E descreve-se também no referido capítulo, as atividades desenvolvidas durante o período de estágio curricular realizado e a influência que as mesmas tiveram a nível pessoal e profissional.

No quarto capítulo, Estudo de Caso, são apresentados os resultados obtidos da investigação e a sua consequente interpretação. Este capítulo está estruturado em quatro partes, âmbito, pressupostos, apresentação dos resultados, e implementação do cenário definido.

No quinto e último capítulo, Conclusões, serão apresentadas algumas considerações finais relativamente aos objetivos da investigação e aos resultados obtidos. E serão identificadas algumas das dificuldades encontradas, que motivaram o aparecimento de propostas para trabalhos futuros.

## **Capítulo II – Enquadramento da entidade SMART Vision**

A oportunidade da realização deste estudo de caso teve como origem o estágio curricular realizado na entidade SMART Vision, Assessores e Auditores Estratégicos, Lda., para obtenção do grau de mestrado em Contabilidade no ramo de Auditoria, no Instituto Superior de Contabilidade e Administração de Aveiro.

Nos pontos seguintes do presente capítulo, procede-se a uma breve apresentação do histórico da entidade SMART Vision, Assessores e Auditores Estratégicos, Lda., abordando o seu enquadramento no mercado, a sua missão e a sua visão.

### **2.1. Génese**

O surgimento da SMART Vision no mercado de consultoria, teve origem no decorrer do ano de 2005, pela mão de um Projeto Empresarial baseado numa rede multidisciplinar de profissionais com elevado conhecimento, e experiência na conceção e execução de projetos integrados de consultoria e formação, orientados essencialmente para o mercado do Setor da Administração Pública.

### **2.2. Enquadramento no mercado**

Como líder no mercado português no setor de assessoria e auditoria estratégica em serviços públicos, no setor local, a SMART Vision define como missão primordial, a satisfação integral do cliente e a criação de valor baseado nas competências e experiências dos seus colaboradores. De forma a atingir a sua missão, a mesma possui um amplo portfólio de soluções que permite adequar as necessidades dos seus clientes, garantindo um serviço de qualidade e excelência no planeamento, implementação, monitorização, e de todos os restantes seguimentos, nos projetos desenvolvidos.

### **2.3. Missão**

De forma a garantir a sua competitividade no mercado, a SMART Vision, procura estar sempre enquadrada com o conhecimento dos desejos, expectativas e comportamentos dos seus clientes. Por conseguinte, procura acompanhar a evolução do mercado, através de investigações e desenvolvimentos de novas soluções e ferramentas para apoiar os clientes nessa mesma evolução.

Para se tornarem capazes de realizar o melhor apoio aos clientes, a entidade constituiu-se por uma equipa de profissionais competentes e empenhados, que utilizam as ferramentas para desenvolver e maximizar o potencial dos diversos modelos e soluções de negócios.



## 2.4. Visão

Conforme citado no ponto anterior, a SMART Vision tem como finalidade, proporcionar a realização profissional dos seus clientes, colaboradores e parceiros, através da orientação dos seus clientes para a mudança, e através do alinhamento de pessoas, processos, sistemas e estruturas, utilizando de assessoria e auditoria estratégica, que permitem maximizar a cadeia de valor, agindo em conformidade com as condutas exigíveis legais e morais aplicáveis.

Como recentes êxitos e conquistas profissionais, a SMART Vision, em Dezembro de 2008 tornou-se entidade acreditada como formadora certificada pela Direção-Geral do Emprego e das Relações de Trabalho (DGERT), e em 2012 teve-lhe atribuído pelo Instituto de Apoio às Pequenas e Médias Empresas e ao Investimento (IAPMEI), o Estatuto de Pequena e Média Empresa Líder 2012 no âmbito do Programa de Financiamento de Estratégias de Crescimento das Empresas (FINCRESCCE) do IAPMEI que distingue empresas nacionais com perfis de desempenho superiores.

Ao longo dos últimos anos a evolução do seu volume de negócios tem sido expressivamente positivo, pois tem encarado a atual conjuntura económica do país como uma oportunidade de desenvolver o seu negócio. Tendo sido com essa mesma determinação, motivação e ambição coletiva que colocou no mercado ao dispor produtos e serviços competitivos de ponto de vista da qualidade e valor acrescentado de forma a conquistar o mercado.

Nos últimos tempos e até ao presente, a estratégia de crescimento da SMART Vision, tem assentado na incrementação da sua posição no mercado através da alavancagem de novas competências, da fidelização dos clientes, e da replicação dessas três estratégias para os mercados internacionais. É neste âmbito, que se iniciou o seu caminho no mercado Moçambicano com a criação da SMART Vision Moçambique, com o principal objetivo, de formar alicerces através de um crescimento sustentável no que concerne à qualidade dos serviços prestados e ao grau de satisfação dos clientes.

## **Capítulo III - Estado da arte**

Neste terceiro capítulo, Estado da arte, descreve-se o enquadramento teórico-conceptual realizado e apresenta-se as principais fontes utilizadas para o planeamento.

No enquadramento teórico-conceptual, procedeu-se à citação de fontes, designadamente às que se teve acesso por pesquisa de iniciativa própria ou na sequência de formação facultada pela entidade de acolhimento, SMART Vision. As pesquisas realizadas tiveram como finalidade, melhorar o conhecimento sobre a temática e identificar consecutivamente, se existiam, lacunas ao nível da investigação.

Inicialmente, no presente relatório de estágio procede-se à descrição das alterações encontradas no decorrer da análise realizada à revisão da literatura normativa revogada sobre a epígrafe. Posteriormente, descreve-se a análise do novo RJAELPL regulado pela Lei n.º 50/2012 de 31 de agosto, com o enquadramento do novo regime jurídico a uma situação real que serviu como caso de estudo.

Em suma, procedeu-se ao levantamento exaustivo e à respetiva síntese da matéria em estudo, tendo em vista o acompanhamento de todo o material pertinente, sendo que a qualidade da revisão encontra-se relacionada com a qualidade da informação adquirida.

A partir deste acompanhamento, surgiu a questão da inconstitucionalidade no que se refere às normas estipuladas no Art. 62.º da Lei n.º 50/2012 de 31 de agosto, cujo principal conteúdo é a determinação de dissolução das empresas locais sempre que se verifique, alternativamente, umas das quatro situações que aí se elencam.

Esta situação é abordada mais profunda e detalhadamente nos pontos seguintes do presente relatório de estágio.

### **3.1. Enquadramento do Setor Público Empresarial Local**

No âmbito de uma melhor compreensão do objeto de estudo e o consequente cumprimento dos objetivos, tem-se como ponto assente inicial, a clarificação da distinção entre o Setor Público Empresarial e o Setor Público Empresarial Local (SEL).

Deste modo, é necessário primeiramente definir setor público, pelo n.º 2 do Art. 82.º da Constituição da República Portuguesa da Assembleia da República Portuguesa (2005), aparece definido “como o conjunto das atividades económicas de qualquer natureza exercidas pelas entidades públicas”. Encontrando-se essas atividades assentes na representatividade e na descentralização democrática, ou assentes na funcionalidade tecnocrata e na desconcentração por eficiência.

Segundo Costa (2005), o Setor Público tem como sua constituição, os meios de produção cuja propriedade e gestão pertencem ao Estado ou a outras entidades públicas, que conduzem consecutivamente, à existência das prioridades do Estado. Sendo essas as seguintes, promover o aumento do bem-estar social e económico e da

qualidade de vida do povo, em especial das classes mais desfavorecidas, e assegurar a plena utilização das forças produtivas, designadamente pelo zelo da eficiência do setor público.

Segundo Sousa Franco, citado por Costa (2005), o Setor Público encontra-se dividido em Setor Público Administrativo ou Estado, e em Setor Empresarial do Estado ou Empresas Públicas.

Mas o Setor Público segundo Freitas do Amaral, citado também por Costa, (2005) apresenta uma tipologia diferente no que se refere ao Setor Público Administrativo. Assim, para este autor fazem parte deste setor, o Estado, os institutos públicos, as associações públicas, as autarquias locais e as regiões autónomas. Em relação ao Setor Empresarial Local, ambos os autores referem que este é composto pelas empresas públicas.

Contudo, para a caracterização do Setor Público no presente relatório, optou-se pela abordagem a seguir descrita de Sousa Franco, citado por Costa, (2005). Nessa perspetiva, o autor engloba no Setor Público Administrativo, a Administração Central, a Administração Regional, a Administração Local e a Segurança Social.

Na Administração Central encontram-se integradas funções políticas, legislativas, administrativas e judiciais, e a mesma divide-se em serviços integrados ou simples e em serviços e fundos com autonomia administrativa e financeira. No que concerne à Segurança Social, esta possui um regime próprio e diferenciado regulado pela Lei de Bases da Segurança Social (Lei n.º 24/94 de 24 de agosto), sendo a sua administração da competência do Estado. A Administração Regional é uma cópia das anteriores, exceto que somente é aplicada às regiões autónomas, ou seja, só diz respeito apenas aos arquipélagos dos Açores e da Madeira.

Para concluir, segundo Maldonado, citado por Ferreira da Cruz (2008), a Administração Local aparece como o elo de ligação do setor público com os cidadãos. Que abrange todos os órgãos administrativos cujo poder se refere aos interesses próprios da população de determinada parte do território nacional, e tem como constituição, as Câmaras Municipais, as Juntas de Freguesia, e as Associações de Municípios e de Freguesias.

No que diz respeito ao Setor Empresarial do Estado, este encontra-se constituído por instituições ou organismos que têm como objetivo produzir bens e serviços caracterizados pela autonomia financeira, pela regulamentação do direito privado e pela finalidade lucrativa. Integram-se neste setor as empresas públicas, as empresas municipais, as sociedades anónimas de capitais exclusiva ou maioritariamente públicos.

Embora essas instituições ou organismo se encontrem sujeitas a critérios de interesse social, integram atualmente, um amplo conjunto de empresas detidas ou participadas pelo Estado. Cujas atividades abrangem os mais diversos setores de atividade, constituindo assim, um importante instrumento de política económica e social. (Costa, 2005)

Apenas o Setor Público Administrativo está sujeito ao Regime da Contabilidade Pública designado por POCP. Sendo que, ao Setor Público Empresarial aplica-se a Contabilidade Empresarial, designada atualmente por SNC (Sistema de Normalização Contabilística), exceto no setor de saúde que ainda não se encontra obrigado a sua adoção, pelo que permanece com o Plano Oficial de Contas (POC). (Costa, 2005)

Uma entidade que se encontra incluída na administração pública deve possuir natureza não mercantil, isto verifica-se quando a sua principal fonte de financiamento não corresponde à receita por um preço, tarifa ou taxa, em contrapartida direta pelos bens ou serviços que fornecidos. (*Pereira, 2009*)

No que concerne às participações, o Estado detém também na sua maioria participações diretas, contudo também possui um conjunto assinalável de participações indiretas, maioritariamente integradas em grupos económicos ou holdings. (*Direção-Geral do Tesouro e Finanças, n.d.-a*)

A importância do Setor Empresarial do Estado atende ao contexto do funcionamento da economia e na disponibilização aos cidadãos de um conjunto importante de bens e serviços essenciais, mas também atende igualmente às especificidades de transparência, rigor e respeito pelas regras da concorrência associadas à participação pública no capital. (*Direção-Geral do Tesouro e Finanças, n.d.-b*)

O setor referido no parágrafo anterior possui um enquadramento legal próprio, estabelecido no Decreto-Lei n.º 300/2007 de 23 de agosto, que veio alterar o Decreto-Lei n.º 558/99 de 17 de dezembro. Subsidiariamente, e em tudo o que não se encontre disposto nesse regime específico, deve-se aplicar às empresas do Setor Empresarial do Estado, as disposições constantes do Código das Sociedades Comerciais. (*Direção-Geral do Tesouro e Finanças, n.d.-b*)

### **3.2. Regime Jurídico do Setor Empresarial Local**

A informação elencada no presente ponto do relatório tem como fonte o Documento Verde da Reforma da Administração Pública Local do Gabinete do Ministro Adjunto e dos Assuntos Parlamentares (2011).

O SEL é parte integrante da Reforma da Administração Pública Local sendo mesmo um dos quatro eixos em que a mesma reforma assenta. Esses quatro eixos são os seguintes: a organização do território; organização da gestão municipal e intermunicipal; organização do financiamento; e organização da democracia local.

Estes quatro eixos elencados complementam-se, visando a simplificação de processos através de: menos burocracia; mais transparência e rigor; menos entidades supérfluas; mais dimensão na política municipal. De forma a permitir, ganhar escala de impacto no território, mais qualidade na democracia local e mais sustentabilidade.

Assume-se assim, o SEL, como um dos importantes eixos da Reforma da Administração Local, focando o mesmo, na racionalização e adequação às realidades locais.

O memorando de entendimento assinado entre o Governo e o organismo europeu, Troika, é muito específico quanto ao cumprimento dos compromissos assumidos relativos ao SEL. Essencialmente no que se refere à realização de um relatório de avaliação, à aplicação de novos limites mais restritivos ao endividamento, ao novo enquadramento legal regulamentar da criação e funcionamento do SEL, à suspensão temporária de constituição de novas entidades, e ao reforço dos poderes de monitorização da Administração Central. Este

último refere-se ao impedimento de criação das novas empresas locais, para tornar as existentes entidades, mais próximas da Administração Central.

A Reforma da Administração Local no domínio do SEL baseia-se: em adequar o número de entidades do SEL à realidade local do respetivo Município; em delimitar o setor estratégico de atuação do SEL; em adequar o objeto e as atividades do SEL às atribuições e competências dos Municípios; e em delimitar o peso contributivo do Município nas receitas próprias do SEL.

De forma a se atingir objetivos referidos no parágrafo anterior, o Governo procedeu à realização das seguintes tarefas:

- Estudo e análise do SEL, suspensão da criação de novas entidades até à avaliação do SEL,
- Continuidade da Comissão de Acompanhamento do Livro Branco do SEL;
- Definir as áreas estratégicas de atuação futura do SEL;
- Elaborar um novo regime jurídico do SEL, e apresentar à Assembleia da República a Proposta de Lei para esse mesmo novo regime jurídico.

### **3.3. Génese**

#### **3.3.1. Lei n.º 58/1998 de 18 de agosto vs. Lei n.º 53-F/2006 de 29 de dezembro**

Os diplomas aprovados e apresentados de seguida foram naturalmente apenas um dos primeiros passos na revisão do regime jurídico do SEL, para a elaboração do novo regime jurídico do SEL que mais tarde veio dar origem ao RJAEPL.

Nas últimas décadas, têm vindo a ser desenvolvidas pela Europa as empresas municipais, de forma a procurar usufruir das vantagens associadas, empregabilidade no setor público e formas de interesse público. Impôs-se assim em Portugal, um modelo organizado que permite promover uma iniciativa económica municipal, como medida às graves dificuldades financeiras das autarquias locais. A constituição dessas entidades surgiu também como uma forma de desenvolver parcerias, entre as entidades municipais com outros parceiros privados ou até parceiros públicos. (*Comissão de Acompanhamento*, 2011)

Em Portugal, a criação de Empresa Municipal só se converteu numa realidade com valor significativo, após a publicação da Lei n.º 58/98 de 18 de agosto, Lei das Empresas Municipais, Intermunicipais e Regionais. (*Comissão de Acompanhamento*, 2011)

Segundo o disposto na alínea n.º 1 do Art. 1.º Lei n.º 58/98 de 18 de agosto, a referida lei regulava as condições em que os municípios, as associações de municípios e as regiões administrativas podiam criar empresas dotadas de capitais próprios, e encontrava-se presente na alínea n.º 2 do mesmo Art. as suas tipologias, âmbito municipal, intermunicipal ou regional. (*Comissão de Acompanhamento*, 2011)

Todavia antes de 1998, a possibilidade de criação de empresas municipais já existia pela Lei n.º 79/77 de 25 de outubro, Lei das Autarquias Locais, na sua alínea o) do Art. 48.º, uma vez que se referia a autorização

dada ao município de: integrar-se em federações de municípios; associar-se com entidades públicas; participar em empresas regionais; formar empresas municipais. Contudo essa possibilidade de criação só era possível se a tipologia de entidades referida, assumisse carácter pontual e episódico. (*Lei n.º 79/77 de 25 de outubro da Assembleia da República Portuguesa*, 1977)

No entanto a constituição e funcionamento dessas empresas estava dificultada por falta de legislação específica que a sua natureza exigia, nomeadamente relativa ao Estatuto do Pessoal. (*Comissão de Acompanhamento*, 2011, p. 3)

Segundo o Parecer da Proposta de Lei n.º 58/XII/1.<sup>a</sup> (GOV), de 25 de maio de 2012 (p. 14), o Decreto-Lei n.º 100/84 de 29 de março veio rever a Lei n.º 79/77 de 25 de outubro, no sentido de proceder à atualização e reforço das atribuições das autarquias locais e da competência dos respetivos órgãos. O referido diploma n.º 100, tinha disposto na sua alínea g) do n.º do Art. 39.º, que competia à assembleia municipal, sob proposta ou pedido de autorização da câmara, municipalizar serviços e autorizar o município a criar empresas públicas municipais e a participar em empresas públicas intermunicipais.

Esta situação alterou-se com a aprovação e a publicação da Lei n.º 58/98 de 18 de agosto, que estabeleceu a regulação específica desejada, embora a mesma não fosse clara o suficiente em diversos aspetos. Tais como, a inexistência de conceito legal de empresa local, que mencionava apenas a possibilidade de criação de empresas de âmbito municipal, intermunicipal ou regional, por parte dos municípios, associações de municípios e as regiões administrativas, respetivamente. (*Ferreira da Cruz*, 2008)

Neste ponto do relatório são abordadas as últimas duas legislativas da epígrafe, a Lei n.º 58/98 de 18 de agosto e a Lei n.º 53-F/2006 de 29 de dezembro. Esta última regulava o Regime Jurídico do Setor Empresarial Local (RJSEL), revogando a Lei n.º 58/98 de 18 de agosto.

Pretende-se então com esta abordagem, proceder-se à síntese das principais alterações que ocorreram em relação ao RJELPL.

Inicialmente, ao analisar a Lei n.º 58/1998 de 18 de agosto foi possível verificar que a mesma sofria de algumas lacunas relativas: à natureza jurídica das empresas e à ausência da determinação clara sobre os limites do respetivo objeto, o que levava à criação de empresas sem objeto empresarial para o exercício de funções administrativas. (*Silva Marques*, 2012, p. 5)

Isto deveu-se ao facto do objeto definido na alínea n.º 2 do Art. 1.º da Lei n.º 58/98 de 18 de agosto ser de tal amplitude, que permitia a exploração de atividades que prosseguiram fins com reconhecido interesse público, cujo objeto se continha no âmbito das respetivas atribuições. Não existia qualquer referência limitadora que apontasse para as atividades que permitissem o município beneficiar através de uma contrapartida.

Também a ausência de uma definição clara das condições da viabilidade económica das empresas a constituir, era vista com uma lacuna, uma vez que conduzia à criação de empresas inviáveis. Uma outra das lacunas era a total omissão de regras sobre a escolha de parceiros privados, ou até mesmo à ausência das exigências gerais da relação contratual entre a empresa e o município. (*Silva Marques*, 2012, p. 5)

A possibilidade de criação das empresas municipais, como já foi referido, encontra-se prevista no Art. 39.º na Lei n.º 79/77 de 25 de outubro, por ato administrativo com estatuto de direito público. Contudo, poucos foram os municípios que desejaram usufruir dessa faculdade, tendo sido apenas com o aparecimento da Lei n.º 58/98 de 18 de agosto, que existiram mais iniciativas nesse sentido.

Isso deveu-se ao facto ter ficado mais claramente regulada a constituição, organização e funcionamento das empresas municipais, gozando estas de personalidade jurídica, e tornando-se dotadas de autonomia administrativa, financeira e patrimonial. (*Silva Marques, 2012, p. 10*)

No início da sua publicação, a Lei n.º 58/98 de 18 de agosto, deu origem a uma grande proliferação da criação de empresas municipais, essencialmente na modalidade de empresa pública e na modalidade de parcerias Público-Privadas.

Segundo o que concluiu Silva Marques (2012, p. 10), a Lei n.º 58/98 de 18 de agosto tentou essencialmente conciliar os princípios relativos a uma economia municipal com os princípios de gestão moderna aplicados no setor empresarial privado:

- Capacitando as autarquias locais da delegação de poderes respeitantes à prestação de serviços de interesse público;
- Explorar serviços públicos nas empresas por elas constituídas nos termos da lei.

Outra das lacunas presentes na Lei n.º 58/98 de 18 de agosto era a sua utilização como desvio do Direito Privado e da Desorçamentação, “permitindo assim às autarquias tornearem as regras como os limites de endividamento municipal, regras de contratação pública ou a fiscalização da atividade destas entidades e que pior ainda, muitas empresas do Setor Empresarial Local são verdadeiramente inúteis e executam atividades que eram desempenhadas de forma mais eficiente e transparente pelos próprios serviços diretos das autarquias”. A desorçamentação em conjunto com as debilidades financeiras existentes em muitas dessas entidades, colocava em risco a curto prazo, a credibilidade e a segurança das contas públicas portuguesas. (*Parecer da Proposta de Lei n.º 58/XII/1.ª (GOV), de 25 de maio, 2012, p. 17-18*)

Contudo, segundo Silva Marques, (2012) a Lei n.º 58/98 de 18 de agosto, impôs alguns pressupostos relevantes na regulamentação de empresas municipais, tais como:

- Procedimento e as condições da sua criação;
- Possibilidade de configuração em três formatos de empresas (detenção da totalidade do capital, associação com outras entidades públicas e associação com entidades privadas mas com detenção de capital maioritário);
- Delimitação do âmbito das empresas locais com objetivo reconhecido de interesse público, estabelecendo a organização interna e os princípios de gestão definidos para os pressupostos de carácter financeiro e económico, visando o seu equilíbrio e viabilidade.

Na lei citada não se encontra especificado claramente o que distingue as empresas públicas, as empresas de capitais públicos, e as empresas de capitais maioritariamente públicos. Pois existem elementos indicadores da qualificação das empresas públicas municipais e intermunicipais como pessoas coletivas de direito público e da qualificação como pessoas coletivas de direito privado das restantes. (*Oliveira, 2001, p. 130*)

No que concerne à regulamentação da temática, a legislação mencionada anteriormente, remete para o regime das empresas públicas, e quando neste não se encontre solução, para as normas aplicáveis às sociedades comerciais. (*Oliveira, 2001, p. 130*)

Foi apenas passado oito anos que este regime foi revogado pela publicação da Lei n.º 53-F/2006 de 29 de dezembro, iniciando assim, uma nova fase na evolução das empresas de iniciativa e âmbito autárquico.

O SEL sempre se encontrou legislado de forma pouco clara e exata, sem se preocupar com a especificidade das entidades que compõem o setor, pois existiram sempre ambiguidades, como por exemplo, a duplicidade de critérios em relação às entidades empresariais locais e às empresas municipais na relação com os seus acionistas. Isso conduziu a que estas entidades fossem sujeitas a regras da contratação pública ou a procedimentos de garantia e caução em sede de contratos de gestão celebrados com os Municípios. Esta ambiguidade burocratizava a atividades das empresas em causa, originando custos elevados evitáveis. (*Oliveira, 2001*)

Contrariamente ao elencado na Lei n.º 58/98 de 18 de agosto, onde nada era referido relativo à possibilidade da contratação por parte das empresas municipais de bens e serviços. Surgiu na Lei n.º 53-F/2006 de 29 de dezembro da Assembleia da República (2006), pela alínea n.º 1 do Art. 12.º, a previsão das normas de contratação e escolha do parceiro privado, devendo as empresas “adotar processos de contratação transparentes e não discriminatórios”, assegurando igualdade de oportunidades aos interessados.

No que concerne à seleção das entidades privadas, os procedimentos estabelecidos no regime jurídico relativos à concessão dos serviços públicos em questão são estipulados na alínea n.º 2 do Art. 12.º do RJSEL, cujo objeto melhor se coadune com a atividade a prosseguir pela empresa. (*Lei n.º 53-F/2006 de 29 de dezembro da Assembleia da República, 2006*)

Algumas inovações foram introduzidas pelo RJSEL, essencialmente referentes à forma jurídica, prevendo novas formas de sociedades, nomeadamente, sociedades unipessoais, sociedades por quotas, sociedades anónimas e sociedades anónimas unipessoais, além das já referidas empresas municipais.

Segundo Silva Marques (2012), foi possível dividir o surgimento das empresas municipais em três fases:

- Aparecimento da empresa municipal antes de 1998;
- Aparecimento destas empresas com a publicação da Lei n.º 58/98 de 18 de agosto, onde surgiu uma forte proliferação na criação;
- Publicação da Lei n.º 53-F/2006 de 29 de dezembro.

O RJSEL sofreu três alterações desde a sua primeira publicação, segundo a alínea n.º 2 do Art. 69.º da Lei n.º 50/2012 de 31 de agosto da Assembleia da República Portuguesa (2012):



- Inicialmente, pela Lei n.º 67-A/2007 de 31 de dezembro (Orçamento do Estado para 2008);
- De seguida, pela Lei n.º 64-A/2008 de 31 de dezembro (Orçamento do Estado para 2009);
- E por último, a Lei n.º 55/2011 de 15 de novembro.

Termina-se este ponto do presente relatório com a apresentação de outras alterações introduzidas com a passagem do normativo legal n.º 58/98 de 18 de agosto, para o normativo legal n.º 53-F/2006 de 29 de dezembro, segundo o Livro Branco do SEL (*Comissão de Acompanhamento*, 2011):

- Noção de empresa que quase a identificava como sociedade comercial, abrangendo também as designadas entidades empresariais locais, sendo constituídas nos termos da lei comercial;
- Disciplina detalhada e rigorosa sobre as condições substantivas e procedimentos a cumprir na criação de empresas, sem a fundamentar a racionalidade e a mais-valia da empresa;
- Fixação de limites determinantes na proibição de criação de empresas para o exercício de atividades de natureza exclusivamente administrativa ou de intuito predominantemente mercantil, e determinação do objeto das empresas em gestão de serviços de interesse geral, e em promoção do desenvolvimento local e regional ou em gestão de concessões;
- Transparência e imparcialidade nas relações entre as empresas e as entidades participantes, a identificação dos fluxos financeiros com as entidades participantes, as contribuições financeiras de entidades participantes disciplinadas por contrato, a imparcialidade e publicidade da contratação, e as regras da concorrência;
- Promoção generalização do contrato de gestão ou contrato-programa, adotou um modelo de tutela económica e financeira sobre as entidades empresariais locais;
- Inovação na responsabilidade de manutenção do equilíbrio das contas das empresas, sendo que em caso de desequilíbrio, o endividamento líquido e os empréstimos das empresas passam a contar para o cálculo do endividamento líquido das entidades autárquicas participantes.

### **3.3.2. Livro Branco**

Toda a informação elencada e apresenta no presente ponto do relatório do estágio, tem como base de fundamentação o Livro Branco do SEL da Comissão de Acompanhamento. (2011)

Conforme referenciado no ponto anterior do presente capítulo, existem lacunas e ambiguidades no diploma da Lei n.º 58/98 de 18 de agosto, o que criou assim, a necessidade de introduzir correções mais rigorosas.

Neste âmbito surgiu no final do ano de 2006, a aprovação do novo RJSEL pela Lei 53-F/2006 29 de dezembro, dando início a uma nova fase na temática da regulamentação das empresas municipais, vindo promover uma profunda reformulação da abordagem da regulamentação anterior. É com base e fundamentação nestes dois enquadramentos legislativos referidos, que foi construído o Livro Branco do SEL.

Segundo o adiantado por Junqueiro, ex-Secretário de Estado da Administração Local, citado por M. M. Oliveira (2010, para. 3), "o Governo saberá o perfil do sector empresarial dos municípios e poderá convidar as autarquias a repensarem as empresas municipais para serem mais leves e eficientes, que não envolvam tanto recursos humanos e possam ser uma ferramenta de desenvolvimento dos territórios".

Tendo sido nesse sentido que o Governo com a colaboração da Associação Nacional de Municípios Portugueses (ANMP) propôs a criação do Livro Branco sobre a situação do SEL.

A decisão de elaboração de tal documento resultou da sua aprovação na Resolução do Conselho de Ministros n.º 64/2010 em 30 de agosto, com a publicação do diploma que prevê a elaboração do Livro Branco do SEL. Com o qual visava-se realizar a caracterização do setor empresarial local, e realizar um diagnóstico de caráter económico-financeiro juntamente com a avaliação do seu impacto na economia e nas finanças locais.

Os resultados do Livro Branco do SEL serviriam de base a uma avaliação do quadro legal existente e da sua adequação à sustentabilidade do mesmo setor, ao mesmo tempo que permitiria identificar perspetivas de desenvolvimento futuro do SEL.

Para se realizar a elaboração do Livro Branco do SEL, criou-se uma Comissão de Acompanhamento, tecnicamente apoiada por uma equipa formada na sua maioria, por professores do Instituto Superior de Economia e Gestão (ISEG).

Foi nessa reunião do executivo de José Sócrates que foi tornada pública a “Comissão de Acompanhamento, presidida por Manuel Victor Martins, docente do ISEG, e da qual fazem parte, entre outros, o secretário-geral da Associação Nacional de Municípios, Artur Trindade, João Ferrão (ex-secretário de Estado do Ordenamento do Território) e Luís Nazaré (ex-presidente do Conselho de Administração dos CTT)”. A comissão tinha um mandato de nove meses, pelo que os trabalhos deveriam estar concluídos no final de março de 2010. (*Simões*, 2011, para. 7)

Todavia, a data foi prorrogada até 15 de outubro de 2011, pela Reunião de Conselho de Ministros de 39/2011 de 22 de setembro.

Os objetivos subjacentes à constituição da referida comissão ainda não se encontravam totalmente atingidos, e que importava viabilizar a conclusão dos trabalhos e garantir a obtenção do enquadramento material das decisões para o setor, designadamente em face dos compromissos entretanto assumidos pelo Estado Português no âmbito do Programa de Assistência Financeira como se pode ler na Resolução do Conselho de Ministros n.º 39/2011 da Presidência do Conselho de Ministros (2011).

Ainda antes da conclusão dos trabalhos da Comissão de Acompanhamento, o Governo apresentou em setembro de 2011, o Documento Verde da Reforma da Administração Local.

Encontra-se enquadrado o SEL como um dos quatro eixos em que assenta a Reforma da Administração Local, como já previamente referido, através do qual se pretendia alcançar os seguintes objetivos segundo o Gabinete do Ministro Adjunto e dos Assuntos Parlamentares (2011, p. 10):

- “-Elaborar um diagnóstico sobre o número de entidades que compõe o atual SEL, promovendo a redução do número de entidades e adequando o Setor à sua verdadeira missão estratégica, de acordo com a realidade local e as suas necessidades específicas;
- Analisar o atual enquadramento legal que refere o SEL de modo a adequar todas as futuras iniciativas legislativas ao conteúdo e finalidades da Reforma pretendida;
- Elaborar um novo diploma do SEL, consagrando critérios para a sua criação, existência e gestão;
- Redimensionar e fortalecer o SEL, redefinindo o seu perímetro de atuação”.

A estruturação do Livro Branco está dividida em dois documentos, o Estudo Técnico que serviu como fonte da informação base para a sua elaboração, e o Livro Branco propriamente dito dividido em: Síntese do Estudo Técnico; Orientações e Recomendações.

No decorrer do final ano de 2010 até ao final do ano de 2011, a Comissão de Acompanhamento concentrou-se sobre os termos de referência do Estudo Técnico, discutindo a construção e conteúdo do inquérito que pretendiam realizar, e analisou os cinco relatórios técnicos desenvolvidos pelo ISEG.

A elaboração do Livro Branco teve então como objeto de estudo, o universo do SEL, e como base de trabalho, o Estudo Técnico. Este último sofreu um revés significativo, pela ocorrência de acontecimentos imprevistos e imprevisíveis. Como por exemplo, a dificuldade no esclarecimento de conceitos essenciais para a definição do universo em análise, requerendo uma conjugação jurídica com a normativa legal e com a natureza económico-financeira.

O acesso e o tratamento da informação correspondente ao SEL também se revelou uma dificuldade, por um lado a informação encontrava-se dispersa por várias entidades, e por outro de acesso condicionado devido a imperativos legais. Assim surgiram dificuldades, consecutivamente, no tratamento e obtenção das respostas aos inquéritos desenvolvidos previamente e enviados às autarquias e às empresas municipais.

No entanto, tornou-se possível adquirir a informação necessária e suficiente para a elaboração do Livro Branco, permitindo assim, definir algumas considerações, orientações e recomendações no que concerne à regulamentação do SEL.

Pode-se então concluir que a finalidade da elaboração do Livro Branco era a do enquadramento jurídico do SEL, para que fosse favorecida a simplicidade dos modelos jurídicos que podem revestir as empresas do universo do SEL.

E assim, promover de informação concreta a razão da sua criação e as condições do seu funcionamento. Estabelecendo condições sustentáveis das atividades desenvolvidas, e as bases das relações entre as empresas e as autarquias.

A delimitação do universo do SEL realizada a partir da informação existente e recebida das diferentes fontes, nem sempre se tornou possível por razões de incompatibilidade. Tornou-se num trabalho desgastante e demorado, por motivo das dificuldades encontradas no levantamento desse mesmo universo, contudo foi possível identificar as organizações que integram o SEL, delimitando esse universo, em 392 empresas.

Essa mesma delimitação realizada na elaboração do Livro Branco tornou possível uma análise mais ampla e concreta do universo do SEL, permitindo realizar inúmeras comparações, com vista a aproveitar os pontos fortes e corrigir os pontos fracos.

Até ao final do presente ponto do relatório, procede-se a uma apresentação, descrição e análise de tabelas, quadros e gráficos que serviram de base de argumentação ao SEL. Esses mesmos também têm como fonte o Livro Branco do SEL realizado pela Comissão de Acompanhamento (2011).

Pode verificar-se na Tabela 1, que das 392 empresas existentes no universo do SEL, 242 são empresas em forma de sociedade comercial, 123 são empresariais locais, e 27 são empresas sob influência dominante indireta. O que mostra que mais de 60% do universo do SEL corresponde às sociedades comerciais.

No que concerne ao âmbito territorial, 354 entidades têm natureza municipal e as restantes 38 entidades têm natureza intermunicipal ou metropolitana. Considerando as somente as entidades de natureza municipal, 354<sup>1</sup>, pode-se conferir que existe 54% de empresas do SEL em 308 municípios portugueses, e que 18 municípios têm 5 ou mais empresas, sendo que apenas em 82 desses 166 municípios só existe uma empresa.

**Tabela 1: O universo SEL em 2009**

<b>Tipo de entidade</b>	<b>Número de empresas</b>
<b>Total de empresas do SEL</b>	<b>392</b>
<b>Empresas em forma de sociedade comercial</b>	<b>242</b>
- Municipais	211
- Intermunicipais/ metropolitanas	31
<b>Entidades Empresariais Locais</b>	<b>123</b>
- Municipais	116
- Intermunicipais/Metropolitanas	7
<b>Empresas sob influência dominante indireta</b>	<b>27</b>

Fonte: Tabela 1 do Relatório Final da Consultoria Técnica para Elaboração do Livro Branco do Setor Empresarial Local

Tendo em conta a Tabela 2, relativa ao nível 1 da Classificação das Atividades Económicas (CAE), de forma a estudar o âmbito da distribuição dos setores de intervenção. Verificou-se que os setores mais importantes são os que desenvolvem seguintes as atividades: “Atividades Artísticas de espetáculos, desportivas e recreativas”, “Atividades de Captação, Tratamento e Distribuição de água, Saneamento, Gestão de resíduos e Despoluição”, e “Atividades de consultoria, científicas, técnicas e similares”.

**Tabela 2: Distribuição das empresas do SEL por CAE de nível 1**

<b>Classificação da Atividade Económica</b>	<b>%</b>
Agricultura, produção, animal, caça, floresta e pesca	2%
Indústrias transformadoras	3%
Elettricidade, gás, vapor, água quente e fria e ar frio	2%
Captação, Tratamento e Distribuição de água, Saneamento, Gestão de resíduos e Despoluição	12%
Construção	9%
Comércio por grosso e a retalho, Reparação de veículos automóveis e motociclos	2%
Transportes e Armazenagem	5%
Alojamento, restauração e similares	3%
Atividades de informação e de comunicação	2%
Atividades imobiliárias	6%
Atividades de consultoria, científicas, técnicas e similares	10%

<sup>1</sup> 354 ENTIDADES COMERCIAIS = 211 + 116 + 27

Atividades administrativas e dos serviços de apoio	8%
Administração Pública e Defesa, Segurança Social obrigatória	7%
Educação	6%
Atividades de saúde humana e apoio social	2%
Atividades artísticas de espetáculo, desportivas, e recreativas	19%
Outras atividades de serviço	2%
<b>Total</b>	<b>100%</b>

Fonte: Figura 1 do Relatório Final da Consultoria Técnica para Elaboração do Livro Branco do Setor Empresarial Local

Pela análise à Tabela 3 pode-se consultar a distribuição das empresas por data de criação, e concluir que das 392 empresas apenas 68 foram criadas após 2007, verificando-se uma grande proliferação destas entidades entre 2000 e 2006. Apontam-se como principais razões para esse aumento, os incentivos do Quadro Comunitário de Apoio II (QCA II) e a consequente empresariação das instituições gestoras de projetos cofinanciados, o provável aumento da flexibilidade financeira, e em particular o regime de tratamento em sede de Imposto de Valor Acrescentado (IVA), onde segundo Matos (2012), regra geral não havia lugar a liquidação de IVA sobre as mesmas.

**Tabela 3: Distribuição das empresas do SEL, por data de criação/início de atividade**

<b>Data de Criação/Início de atividade</b>	<b>Empresas</b>
Anteriores a 1989	13
Entre 1989 e 1993	10
Entre 1994 e 1999	66
Entre 2000 e 2006	218
Depois de 2007	68
Ignorada	17
<b>Total</b>	<b>392</b>

Fonte: Tabela 3 do Relatório Final da Consultoria Técnica para Elaboração do Livro Branco do Setor Empresarial Local

No que concerne às motivações associadas à criação de empresas do SEL ou à aquisição de participação social de empresas do SEL, pode-se destacar a partir da informação exibida pela Tabela 4, que a “Melhoria na qualidade dos serviços prestados” e a “Melhoria na eficiência da gestão” sobressaem como as principais motivações. Sendo que apenas 17% consideram a “Facilidade na obtenção de financiamento” como uma das motivações associadas à constituição ou aquisição de participação por parte do município.

Em modo de conclusão da análise da Tabela 3 e Tabela 4, pode-se sugerir que o domínio da eficiência da gestão, o tratamento fiscal em sede de IVA no que respeita aos financiamentos comunitários, e em particular o QCA II, terão sido também uma forte motivação para a criação de empresas do SEL.

**Tabela 4: Motivações associadas à criação de empresas do SEL ou aquisição de participação social em empresas do SEL (% do total)**

<b>Motivações</b>	<b>Empresas do SEL</b>
-------------------	------------------------

Flexibilidade na contratação e aquisição de recursos	25%
Facilidade na obtenção de financiamento	17%
Melhoria na qualidade dos serviços prestados ou dos bens produzidos	62%
Melhoria na eficiência de gestão	59%

Fonte: Tabela 6 do Relatório Final da Consultoria Técnica para Elaboração do Livro Branco do Setor Empresarial Local

Na Tabela 5 onde só se teve em consideração as empresas municipais, tornou-se possível observar que existem empresas do SEL em todas as zonas do território, e que essas são proporcionalmente mais abundantes nos municípios de maior dimensão.

A mesma tabela reflete a informação compilada no inquérito realizado às autarquias e ao universo do SEL, com vista a particularizar as áreas de intervenção do SEL com maior incidência. Constatando-se que a “Promoção do desenvolvimento económico”, com um total de 46% das respostas dos municípios e 36% das empresas do SEL inquiridas, é a que possui maior intervenção.

**Tabela 5: Áreas de intervenção do SEL**  
(% do total de respostas no inquérito aos municípios e às empresas do SEL)

Áreas de intervenção	% do total de respostas	
	Municípios	Empresas SEL
Educação	27,40%	17,40%
Promoção do Desenvolvimento Económico	46,30%	36,50%
Turismo	20,70%	13,90%
Transportes e Energia	34,10%	26,10%
Património Ciência e Cultura	14,00%	6,50%
Tempo Livre e Desporto	28,70%	22,20%
Abastecimento de Água	38,40%	27,00%
Saneamento Básico	40,90%	13,00%
Recolha e Tratamento de Resíduos sólidos	34,80%	15,20%
Limpeza urbana	34,80%	9,60%

Fonte: Tabela 5 do Relatório Final da Consultoria Técnica para Elaboração do Livro Branco do Setor Empresarial Local

Um outro ponto abordado no Livro Branco é a descrição da situação económico-financeira do SEL, onde se considerou apenas as entidades que entregaram as declarações da Informação Empresarial Simplificada (IES), reduzindo esse mesmo universo para 334 entidades.

Contudo alerta-se que o Estudo Técnico pode apresentar valores diferentes registados para certas variáveis, isto devido à possibilidade de diferentes tipologias da atividade desenvolvida ou à existência de informação potencialmente errada.

Do universo do SEL foram contabilizados mais de 14 mil trabalhadores, o que determinou uma média de 43 trabalhadores por empresa. Em Portugal o universo SEL representa um Valor Acrescentado Bruto (VAB) total de cerca de 183 mil euros, e em média cada uma das empresas representa um VAB de 550 mil euros. É de destacar que 43% das empresas apresentam um VAB negativo.

Com vista a análise operacional do universo do SEL, verificou-se pelo Estudo Técnico, que 162 das 334 empresas municipais apresentaram resultados líquidos negativos em 2009, e que 110 apresentaram mesmo um Resultado antes de Imposto, Juros, Depreciações e Amortizações negativo (*do inglês, Negative Earnings Before Interest, Taxes, Depreciation and Amortization, NEBITDA*). Estas últimas apresentam um total de *NEBITDA* de 103 milhões de euros, resultados operacionais negativos de 22 milhões de euros, e resultados financeiros também negativos de 33 milhões de euros.

Em termos de gastos, foram identificados como principais responsáveis os fornecimentos e serviços externos (FSE), os de pessoal e os financeiros. O Livro Branco apresenta os seguintes números: FSE no valor de cerca 464 milhões de euros. Os custos com pessoal e custos financeiros em 273 milhões de euros e 42 milhões de euros, respetivamente. A totalidade dos FSE e dos custos com o pessoal, representam mais de 72% do total de gastos destas empresas.

De notar ainda o facto desta tipologia de entidades beneficiar de apoios na forma de subsídios, num montante global de cerca de 196 milhões de euros, que simboliza um peso no total dos proveitos de 30%.

O valor do Passivo das entidades consideradas para o universo do SEL ascende a cerca de 2,3 mil milhões de euros, apresentando em média para cada empresa, um passivo de perto de 7 milhões de euros.

No que respeita ao endividamento, cerca de 25% das empresas apresentam valores inferiores a 24% enquanto as 25% com maior endividamento possuem níveis de endividamento quase três vezes superiores aos recursos próprios.

Estes últimos parágrafos refletem verdadeiramente a fragilidade das entidades que compõem o universo do SEL. Especialmente devido à existência de valores extremamente negativos no que se refere aos seus resultados no final do exercício económico e ao passivo. Contudo ao fazer a generalização deste tipo de análise, há que ter em conta que existem entidades no SEL que não têm como finalidade a obtenção do lucro.

A solução disposta no Art. 62.º do RJAEPL, obriga as empresas com finalidades de natureza social, educativa ou cultural a serem sujeitas às mesmas regras que outras empresas, com a finalidade de garantir um retorno económico. Sendo um dos pontos em que assenta a inconstitucionalidade da Lei n.º 50/2012 de 31 de agosto.

Segundo o Parecer da Proposta de Lei n.º 58/XII/1ª (GOV) de 28 de abril da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores (2012, p. 4), as empresas que prossigam atividades de natureza social, educativa ou cultura, que desempenham uma função social ou de promoção cultural que deve estipulada, não podem estar submetidas, a uma regra de obtenção de lucro no desempenho da sua atividade.

Segundo o professor João Carvalho, “no global, as empresas municipais dão prejuízo e estão a agravar a situação financeira dos municípios”. (*Oliveira*, 2010, para. 4)

Na altura antecedente à publicação da Lei n.º 50/2012 de 31 agosto, o agora ex-Secretário de Estado da Administração Local, Paulo Júlio, referiu relativamente ao endividamento das empresas locais, que “25% das

empresas têm um nível de endividamento igual a três vezes os seus recursos próprios“. (*Comissão de Acompanhamento*, 2011, p. 17)

E ainda segundo a sua entrevista na TSF, “Há um terço, aproximadamente, das empresas que prosseguem utilidade pública, mas têm que ser uma outra coisa qualquer que não seja empresa porque sob o ponto de vista jurídico não têm as mínimas condições económicas e financeiras para prosseguir atividade empresarial”. (*TSF*, 2011, para. 4)

Da análise efetuada ao SEL resultou a identificação de um conjunto de situações que deve ser alvo de reflexão e ponderação, como as ambiguidades e lacunas citadas anteriormente, de forma a reavaliar o existente enquadramento legal do setor.

De entre essas ambiguidades e lacunas na legislação realçam-se as seguintes, de acordo com o relatado no Livro Branco da Comissão de Acompanhamento (2011, p. 25):

- “- Uma multiplicidade de tipos e formas de empresas, que potencialmente integram o SEL, situação que, por um lado cria uma complexidade excessiva e desnecessária do enquadramento jurídico do sector e, por outro, dilui e torna imprecisas as fronteiras difusas do próprio SEL;
- Um quadro potencial de actividades demasiado amplo, sendo possível a criação, quase sem restrições, de instituições em todos os sectores de actividade;
- Inexistência ou limitadas implicações da alteração da legislação de enquadramento do sector (2006), na parte em que impunha a adequação das empresas pré-existentes ao quadro legal alterado, permitindo a coexistência de instituições criadas à luz de diferentes enquadramentos jurídicos;
- Quadro difuso e algo impreciso quanto ao âmbito da sujeição das empresas do SEL às regras das sociedades comerciais;
- Ausência de um sistema de registo centralizado das instituições pertencentes ao SEL, tornando difícil obter um quadro claro do sector;
- Inexistência de obrigações claras de reporte relativamente quer à criação, extinção ou outras alterações das empresas do SEL, quer à situação económica e financeira das mesmas, gerando também uma situação confusa e ambígua”.

No que respeita às medidas a implementar para melhorar o funcionamento do SEL, tornou-se possível concluir um outro ponto interessante após ao tratamento dos dados adquiridos dos inquéritos realizados.

Dos municípios inquiridos, “37% dos municípios apontam no sentido do reforço das atividades do SEL e cerca de 35% defende a sua manutenção em níveis semelhantes aos atualmente existentes. Cerca de 13% defende a reestruturação do modelo e apenas 2% a diminuição da atividade”. (*Comissão de Acompanhamento*, 2011, p. 25)

Dessa forma deduz-se, a partir da análise realizada no Livro Branco, que os municípios pretendem reforçar ou manter a atividade do SEL, a análise da situação económica e financeira, a sustentabilidade e até os objetivos das empresas, apesar de não revelar um quadro global de insustentabilidade.

Contudo foi possível verificar casos que exigem a atenção imediata face aos níveis elevados de fragilidade financeira detetados de forma a definir ações corretivas, como por exemplo, a supervisão e o controlo com vista a limitação prevenindo consequentemente o surgimento de novas situações.



Como base no elencado no último ponto abordado no Livro Branco, Orientações e Recomendações, resultante dos debates realizados dentro da Comissão de Acompanhamento. Elaboraram-se propostas e recomendações dirigidas às entidades inseridas no universo do SEL, resultando as mesmas “da apreciação que a Comissão fez do Estudo Técnico, do conhecimento que os seus membros têm, por razões profissionais ou outras, das áreas da economia regional e local e, da gestão empresarial e da regulamentação jurídica das empresas, bem como das discussões realizadas no seio da Comissão”. (*Comissão de Acompanhamento*, 2011, p. 27)

Com o Estudo Técnico concluiu-se a importância: da utilidade social com eficiência na provisão de bens e serviços públicos; da produção e distribuição de bens e/ou serviços com características de bens públicos ou de bens privados; de corrigir as falhas de mercado; da informação concreta dos objetivos; das dificuldades de acesso à informação de funcionamento do SEL; das boas práticas de gestão; do impacto positivo na criação e manutenção de emprego local; e da sustentabilidade financeira e a sustentabilidade económico e social. (*Comissão de Acompanhamento*, 2011)

Assim, a Comissão de Acompanhamento recomendou que a regulamentação do SEL fosse mais transparente, eficiente e qualificada, devendo para isso definir-se um conjunto de orientações gerais que o permitam atingir. Sendo que a responsabilidade pelo bom funcionamento do SEL e a consequente obtenção de resultados com vista ao benefício social, devem ser medidas desenvolvidas a vários níveis. (*Comissão de Acompanhamento*, 2011)

Neste âmbito, essas orientações e recomendações não devem ser somente destinadas às autarquias locais, mas também às instâncias político-legislativas responsáveis pelo enquadramento institucional e às empresas do SEL. Recomenda-se a implementação de ações imediatas no que diz respeito à identificação das situações de insustentabilidade económico-financeira do universo do SEL. (*Comissão de Acompanhamento*, 2011)

Segundo o do Governo de Portugal (2012, p. 33-34), o Livro Branco foram descritas as seguintes conclusões e recomendações:

- “- Indicação das áreas em que a criação de unidades empresariais é aceitável com o objetivo de clarificar e delimitar o seu perímetro de atividade
- Simplificação dos modelos organizativos, porventura eliminando o dualismo organizativo
- Definição rigorosa do quadro de acompanhamento da empresa e de um leque de obrigações de informação
- Reflexão sobre a eventual proibição de aquisição, pelas empresas, de participações em sociedades terceiras, evitando um Setor local de segunda linha
- Incentivo à criação de empresas de nível supramunicipal, com escala
- Correção da lei atual em tudo o que respeita às relações financeiras entre as empresas e os respetivos sócios, em especial, quanto ao sentido e alcance do equilíbrio de contas
- Regras sobre outras formas organizativas (fundações, associações, cooperativas, serviços internos)
- Regulamentação dos “casos próximos” do “SEL”, nomeadamente as “empresas mistas” com participação pública minoritária”.

### 3.4. Evolução da Lei n.º 50/2012

Segundo o Parecer da Proposta de Lei n.º 58/XII/1ª (GOV) de 30 de maio da Comissão de Orçamento, Finanças e Administração Pública de 2012 (p. 5), no referido Memorando de Entendimento entre a Troika e o Governo Português assumiram-se,

“múltiplos compromissos quanto ao SEL, nomeadamente, a realização de um relatório de avaliação, a aplicação de novos limites mais restritivos ao endividamento, a aprovação de um novo enquadramento legal que regulasse a sua criação e funcionamento, a suspensão temporária de constituição de novas entidades, e o reforço dos poderes de monitorização da Administração Central”.

Neste âmbito, o diploma que tem em vista o novo enquadramento legal do SEL é aprovado na Reunião Plenária n.º 135 em maio de 2012, com a designação de Proposta de Lei n.º 58/XII/1.ª, sendo o seu texto final apresentado pela Comissão do Ambiente, Ordenamento do Território e Poder Local nessa mesma reunião.

De acordo com os autores da Proposta de Lei n.º 58/XII de 11 de maio da Presidência do Conselho de Ministros (2012, p. 1), após a publicação do Relatório do Livro Branco do SEL pretendeu-se, “concretizar a atividade legiferante tendente à alteração do regime contido na Lei n.º 53-F/2006, de 29 de dezembro, de modo a atingir a otimização da relação custo-benefício das estruturas empresariais em causa, assegurando, do mesmo passo a sua adequação e tendencial autossustentabilidade”.

É neste sentido que a Lei n.º 50/2012 de 31 de agosto, que aprovou o RJAELPL revoga, “nomeadamente, a Lei n.º 53-F/2006, de 29 de dezembro, que estabelece o regime jurídico do setor empresarial local, com as alterações posteriormente introduzidas pelas Leis n.ºs 67-A/2007, de 31 de dezembro e 64-A/2008, de 31 de dezembro, a Lei n.º 55/2011, de 15 de novembro e o capítulo IX do Título II do Código Administrativo”. (*Parecer da Proposta de Lei n.º 58/XII/1ª (GOV) de 30 de maio da Comissão de Orçamento, Finanças e Administração Pública*, 2012, p. 6)

Pretendia-se com a Proposta de Lei n.º 58/XII/1.ª que se passasse a abranger, para além das empresas locais, a constituição ou a mera participação em associações, cooperativas, fundações ou quaisquer outras entidades de natureza privada ou cooperativa, pelos municípios, pelas associações de municípios, independentemente da respetiva tipologia, e pelas áreas metropolitanas.

Segundo o Parecer da Proposta de Lei n.º 58/XII/1.ª (GOV), de 25 de maio, da Comissão de Ambiente Ordenamento do Território e Poder Local, a proposta referida anteriormente tinha como,

“objetivo de alterar o regime jurídico de constituição, organização, funcionamento das empresas locais, condições de contração de empréstimos e sua inclusão no limite da capacidade de endividamento dos municípios, regime de empréstimos, estatuto do respetivo pessoal e viabilidade económico-financeira do setor empresarial local, distinguindo entre a atividade empresarial local (empresas locais de gestão de serviços de interesse geral e empresas locais de promoção do desenvolvimento local e regional) e o regime das participações sociais detidas pelos municípios, associações de municípios e áreas metropolitanas, regras de transparência, de contabilidade e o respetivo regime de alienação, dissolução, transformação, integração, fusão e internalização”. (2012, p.4)

Essa mesma proposta tinha também como objetivo, o cumprimento das conclusões e recomendações presentes no final Livro Branco do SEL, e que são apresentadas no final do ponto anterior do presente relatório.

O RJAEPL encontra-se estruturado em duas partes segundo o Parecer da Proposta de Lei n.º 58/XII/1.<sup>a</sup> (GOV) de 29 de julho do Sindicato Nacional dos Trabalhadores da Administração Local e Regional (2010, p. 1-2),

“a primeira que abrange até ao seu artigo 60º e que assenta nas considerações e recomendações do Livro Branco do SEL, introduzindo alterações de pormenor no anterior regime jurídico, consagrado na Lei 53-F/2006, de 29 de Dezembro, essencialmente no sentido de reforçar os critérios objectivos de criação e funcionamento destas entidades e uma segunda parte, que vai do artigo 61º ao artigo 69º e cuja filosofia assenta claramente no Memorando de Entendimento da Troika e no Documento Verde da Reforma da Administração Local, propondo critérios objectivos de extinção de entidades em prazos curtos e determinando o destino de milhares de trabalhadores do sector”.

Pelo Parecer da Proposta de Lei n.º 58/XII/1<sup>a</sup> (GOV) de 28 de abril (2012), conclui-se que o novo diploma, tem como principais objetivos, regular as empresas locais que exerçam qualquer influência dominante, definir as regras de aquisição e detenção de participações minoritárias em sociedades comerciais por parte dos municípios, associações de municípios e áreas metropolitanas, e regular a participação das autarquias e respetivas associações em associações, fundações e cooperativas.

Segundo o atual primeiro-ministro, a Lei n.º 50/2012 de 31 de agosto, é um instrumento de rigor e racionalização de custos, de eficiência na afetação de recursos escassos, mas é ao mesmo tempo, um instrumento de escrutínio dos gastos da Administração do Estado e uma garantia de maior transparência. (Coelho, 2011, para.9)

Seguindo as orientações do Livro Branco do SEL, começou-se desde logo por alterar o âmbito de aplicação do setor empresarial local. Passando agora a incluir, todas as participações dominantes em que a entidade pública participante seja um município sob a designação de Empresas Municipais, todas aquelas em que a entidade pública participante seja uma associação de municípios, qualquer que seja o seu tipo, são consideradas Empresas Intermunicipais e aquelas em que a entidade pública participante seja uma área metropolitana são Empresas Metropolitanas. (*Parecer da Proposta de Lei n.º 58/XII/1.<sup>a</sup> (GOV) de 29 de julho, 2010*)

É importante salientar que a titularidade de uma participação social mais expressiva pode não acompanhar, a titularidade de uma posição dominante dentro de determinada sociedade comercial. (*Parecer da Proposta de Lei n.º 58/XII/1.<sup>a</sup> (GOV), de 24 de abril, 2012*)

Esta medida é um dos outros pontos em que assenta a inconstitucionalidade do objeto de estudo, isto porque por uma questão de coerência interna do próprio RJAEPL, parece que seria mais correto, utilizar o critério de influência dominante na determinação da integração (ou não) de uma dada empresa no setor empresarial da pessoa coletiva pública.

Assim, as sociedades comerciais controladas conjuntamente por pessoas coletivas de direito público, deveriam integrar-se no setor empresarial a que pertence a entidade que nos termos da alínea n.º 1 do Art. 19.º do RJAEPL, exerça influência dominante. (*Parecer da Proposta de Lei n.º 58/XII/1.<sup>a</sup> (GOV), de 24 de abril, 2012*)

Deteta-se a necessidade de uma nova redação para este artigo porque o mesmo pode ser gerador de situações conflituantes, nos casos em que o titular da maior participação não exerça influência dominante; deve existir, também, uma regra prevista para as situações em que haja participação social equivalente. (*Parecer da Proposta de Lei n.º 58/XII/1.ª (GOV), de 24 de abril, 2012*)

Das alterações que surgiram com a publicação do novo RJAEPL, no que concerne ao objeto social, registou-se uma bastante relevante que veio modificar o estipulado no Art. 5.º da Lei n.º 53-F/2006 de 29 de dezembro. Esta referia a impossibilidade da criação de empresas municipais para gerir concessões, limitando o seu âmbito de criação de empresas locais aos dois seguintes conjuntos de situações: a exploração de atividades de interesse geral; e a promoção de desenvolvimento local e regional.

Uma das principais correções prende-se com a alteração da definição do conceito de empresa local, no seguimento do conceito criado pela Lei n.º 53-F/2006 de 29 de dezembro, passando a existir uma definição mais clara de empresa local, sendo a mesma definida pela existência da influência dominante exercida pela entidade pública participante nesta entidade.

Verifica-se então estipulado na alínea n.º 1 do Art. 19.º do novo RJAEPL, a nova definição de empresa local, “são empresas locais as sociedades constituídas ou participadas nos termos da lei comercial, nas quais as entidades públicas participantes possam exercer, de forma direta ou indireta”. (*Lei n.º 50/2012 de 31 de agosto da Assembleia da República Portuguesa, 2012, p. 4935*)

Encontrando-se disposto também na alínea n.º 1 do Art. 19º da Lei n.º 50/2012 de 31 de agosto da Assembleia da República Portuguesa (2012, p. 4935), os três requisitos que determinam a existência da influência dominante, sendo esses:

- Detenção de maioria de capital ou de direitos de voto;
- Direito de designar ou destituir a maioria dos membros dos órgãos de gestão, de administração ou de fiscalização;
- Outras formas de controlo de gestão.

À semelhança do que já acontecia, a constituição das empresas locais ou a aquisição de participações que conferem uma influência dominante, é da competência dos órgãos deliberativos das entidades públicas participantes, sob proposta dos respetivos órgãos executivos.

No entanto, segundo o Art. 32.º do RJAEPL no que se refere, à demonstração da viabilidade e sustentabilidade económica e financeira do projeto para a sua constituição, é necessário que sejam justificadas as necessidades que se pretendem satisfazer com a empresa local, assim como a ponderação do benefício social resultante para o conjunto dos cidadãos. (*Lei n.º 50/2012 de 31 de agosto da Assembleia da República Portuguesa, 2012, p. 4937*)

Tendo por base o Art. 22.º do RJAEPL, a constituição ou a participação em empresas locais pelas entidades públicas participantes para além da comunicação obrigatória à Inspeção-Geral de Finanças (IGF) e da entidade reguladora do respetivo setor, quando exista, passa a ser obrigatoriamente comunicada à Direção-Geral das Autarquias Locais (DGAL). (*Lei n.º 50/2012 de 31 de agosto da Assembleia da República Portuguesa, 2012, p. 4935*)

Como critérios obrigatórios para controlo da criação de empresas locais, estipulados no Art. 23.º do RJAEPL, temos o visto prévio do Tribunal de Contas como condição para a criação destas empresas o que demonstra um aspeto de rigor e controlo. Parece, contudo, exceder o limite do bom senso do disposto no Art. 242.º da Constituição da República Portuguesa. (*Parecer da Proposta de Lei n.º 58/XII/1.ª (GOV) de 29 de julho, 2010*)

Ainda segundo o Art. 23.º do RJAEPL, o ato de aquisição para criação de empresas locais destas participações locais está sujeita a fiscalização prévia do Tribunal de Contas, o que levanta dúvidas sobre a sua constitucionalidade. (*Lei n.º 50/2012 de 31 de agosto da Assembleia da República Portuguesa, 2012, p. 4936*)

Uma das inovações inseridas a destacar, é a introdução legislativa dos serviços municipalizados no SEL, tendo em consideração que os mesmos se encontram efetivamente integrados no SEL, e que possuem organização autónoma no âmbito municipal. (*Parecer da Proposta de Lei n.º 58/XII/1.ª (GOV) de 29 de julho, 2010*)

É neste seguimento, que no Art. 8.º do RJAEPL se estabelece a integração dos serviços municipalizados na administração direta do município, e no Art. 9.º do RJAEPL se encontra determinada a gestão empresarial destes serviços, encontrando-se também prevista a possibilidade de criar serviços municipalizados entre dois ou mais municípios. (*Lei n.º 50/2012 de 31 de agosto da Assembleia da República Portuguesa, 2012, p. 4933-4934*)

No Art. 10.º da Lei n.º 50/2012 de 31 de agosto da Assembleia da República Portuguesa, (2012, p. 4934), são elencadas as quatro áreas de intervenção alvo de objeto nesta tipologia de serviços, sendo essas:

- a) Abastecimento público de água;
- b) Saneamento de águas residuais urbanas;
- c) Gestão de resíduos urbanos e limpeza pública;
- d) Transporte de passageiros,
- e) Distribuição de energia elétrica em baixa tensão.

A exceção é feita nos casos da integração de empresas locais, nos termos previstos no Art. 62.º do RJAEPL, onde se aplica a alínea n.º 2 do Art. 10.º do mesmo diploma, que estipula a possibilidade de criação dos serviços municipalizados para o desenvolvimento de atividades não previstas no n.º 1 do Art. 10.º. (*Lei n.º 50/2012 de 31 de agosto da Assembleia da República Portuguesa, 2012, p. 4934*)

A informação relativa à introdução dos serviços municipalizados tem como fundamentação o disposto no Parecer da Proposta de Lei n.º 58/XII/1.ª (GOV) de 29 de julho do Sindicato Nacional dos Trabalhadores da Administração Local e Regional. (2010)

No que concerne à gestão de serviços municipalizados, o conselho de administração é nomeado entre os membros da câmara municipal sendo aplicado um mandato de duração igual ao mandato da autarquia e sem direito a qualquer remuneração adicional. (*Lei n.º 50/2012 de 31 de agosto da Assembleia da República Portuguesa, 2012*)

Determina-se na alínea n.º 4 do Art. 15.º do RJAEPL, que “no caso de serviços intermunicipalizados, o cargo de diretor delegado não é considerado para efeitos da limitação do número de cargos dirigentes legalmente definida para os respetivos municípios.” (*Lei n.º 50/2012 de 31 de agosto da Assembleia da República Portuguesa*, 2012, p. 4934)

Relativamente à extinção dos serviços municipalizados, o Art. 18.º do diploma do RJAEPL, define as estipulações a tomar para a externalização, sendo que no n.º 1 do Art. referido, estabelece-se a deliberação de extinção de um serviço municipalizado, referindo que este deve ser acompanhado da solução organizacional alternativa. Para que de seguida, conforme a alínea n.º 2 do mesmo Art., se cumpram os requisitos para a externalização. (*Lei n.º 50/2012 de 31 de agosto da Assembleia da República Portuguesa*, 2012, p. 4935)

Em suma, a extinção de um serviço municipalizado (prestação de serviços de forma direta) tem como consequência a integração de toda a estrutura de âmbito jurídico relativo ao serviço. Para além disso, a definição obrigatória da solução organizacional alternativa a realizar no âmbito da internalização, tem como objetivo, criar a ideia que a extinção levou em consideração outras soluções que não a internalização dos serviços. Contudo, é possível a autarquia optar por outra opção, a prestação de serviços de forma indireta.

Os serviços municipalizados, surgiram em virtude do Memorando de Entendimento com a Troika e do Documento Verde da Reforma da Administração Local, tendo em vista, a privatização de serviços públicos e a redução do número de funcionários públicos.

Uma outra alteração de relevo prende-se com a introdução de um pressuposto na alínea n.º 3 do Art. 25.º do RJAEPL, no âmbito da administração e fiscalização, que estabelece que apenas um dos membros do órgão de administração ou de gestão pode assumir funções remuneradas, ficando a remuneração limitada ao valor da remuneração de vereador a tempo inteiro na câmara municipal respetiva, ou naquela em que o valor seja mais elevado, no caso de Empresa Intermunicipal ou Empresa Metropolitana. (*Lei n.º 50/2012 de 31 de agosto da Assembleia da República Portuguesa*, 2012, p. 4936)

No estipulado pelo n.º 4 do Art. 25.º da Lei n.º 50/2012 de 31 de agosto da Assembleia da República Portuguesa (2012), verifica-se que foram reforçadas as competências do fiscal único, ao ponto de se lhe conferir uma competência para emitir parecer prévio vinculativo relativamente ao financiamento e à assunção de quaisquer obrigações financeiras.

A verdade é que o fiscal único, para que possa exercer convenientemente a sua competência, tem de estar na mesma posição em que está o Conselho de Administração. Uma vez que lhe é exigida uma função incomum às suas funções correntes, equiparando-o em termos de gestão, ao Conselho de Administração. (*Parecer da Proposta de Lei n.º 58/XII/1.ª (GOV)*, de 24 de abril, 2012, p. 6)

No âmbito da delegação de poderes prevista no anterior Art. 17.º da Lei n.º 53-F/2006 de 29 de dezembro da Assembleia da República (2006), e que passou agora a ser regulado agora pelo Art. 27.º da Lei n.º 50/2012 de 31 de agosto da Assembleia da República Portuguesa (2012, p. 4936). Foi introduzida a alínea n.º 3 no Art. 27.º, que refere que o não exercício dos poderes delegados dá lugar à respetiva e imediata avocação, assim como à dissolução da empresa local. Aplica-se, com as devidas adaptações, o disposto no Capítulo VI, que

pode causar inconveniente, nomeadamente, levando a uma súbita e indesejável interrupção de exercício da empresa local.

No entanto, esta reformulação pode levar a uma interpretação que numa empresa local foram delegados vários poderes, o não exercício de um deles constituiria sempre motivo para sua dissolução, podendo ocorrer consequências para o não exercício de poderes delegados quando for o único poder delegado na empresa local ou, se o poder delegado corresponder ao objeto social principal da empresa. (*Parecer da Proposta de Lei n.º 58/XII/1.ª (GOV) de 29 de julho, 2010*)

No Art. 30.º da Lei n.º 50/2012 de 31 de agosto da Assembleia da República Portuguesa (2012, p. 4937), estabelece-se o seguinte,

“é proibido o exercício simultâneo de funções, independentemente da sua natureza, nas entidades públicas participante se de funções remuneradas, seja a que título for, em quaisquer empresas locais com sede na circunscrição territorial das respetivas entidades públicas participantes ou na circunscrição territorial da associação de municípios ou área metropolitana que aquelas integrem, consoante o que for mais abrangente”.

Tendo por base o pensamento exposto pelo parecer acima referenciado, relativamente à situação referida no parágrafo anterior, pensa-se a mesma deveria ser aplicada somente ao município. Essa exclusividade justifica-se porque os eleitos locais da Assembleia Municipal, não devem exercer funções de órgão deliberativo nas empresas locais, independentemente de serem ou não remunerados.

Proíbe-se assim, o exercício simultâneo de funções de carácter remunerado para os funcionários municipais, e o exercício simultâneo de funções de carácter remunerado para os eleitos das Câmaras Municipais e Assembleias Municipais.

No domínio da monitorização da atividade, independentemente das obrigações de controlo e fiscalização previstas na lei que aprova o novo regime e na lei comercial, segundo a alínea n.º 2 do Art. 32.º da Lei n.º 50/2012 de 31 de agosto da Assembleia da República Portuguesa (2012, p. 4937). Passam a ser avaliados anualmente, o rigor e a bondade das estimativas e pressupostos iniciais, quer financeiros, quer de envolvente à atividade. Nomeadamente a demonstração da existência de procura atual ou futura, a avaliação dos efeitos da atividade da empresa sobre as contas e a estrutura organizacional e os recursos humanos da entidade pública participante, assim como a ponderação do benefício social resultante para o conjunto de cidadãos.

Assim segue no Art. 36.º da Lei n.º 50/2012 de 31 de agosto da Assembleia da República Portuguesa (2012, p. 4938), uma nova alteração referente à proibição de facultar subsídios à exploração de empresas locais, anteriormente estipulada no Art. 13.º da Lei n.º 53-F/2006 de 29 de dezembro da Assembleia da República (2006, p. 397). Manteve-se no entanto, a proibição de existência de subsídios ao investimento ou em suplemento a participações de capital, independentemente do seu valor.

Segundo a Circular n.º 167/2012 de 12 de dezembro da Associação Nacional de Municípios Portugueses, (2012) a não verificação do primeiro e segundo critérios do Art. 62.º do RJAEPL depende, em grande medida, da correta classificação contabilística das prestações de serviços por parte da empresa local à Câmara Municipal, não as confundindo com o conceito de subsídios.

Resulta do Art. 36.º do RJAEPL, que as contratações associadas à adjudicação de bens ou serviços não podem originar transferências de quantias para além das tabeladas pela empresa a preços de mercado (n.º 2), integrar os contratos-programa (n.º 3), e não podem constituir subsídios à exploração (n.º 4).

Com base no recomendado no Plano Oficial de Contas das Autarquias Locais (POCAL) (visto que o conceito não é definido com clareza no SNC), o que distingue as prestações de serviços dos subsídios é o facto de a transferência em causa ter como contrapartida unidades produtivas.

Neste sentido, caso haja essa contrapartida produtiva, sem o objetivo de influenciar níveis de produção, preços ou remunerações dos fatores de produção feita a preços de mercado, estamos perante prestações de serviços. Como exemplos, a utilização de descontos para utentes em serviços prestados por empresas locais e a utilização de determinado equipamento da empresa local ao preço tabelado. (*Circular n.º 167/2012 de 12 de dezembro da Associação Nacional de Municípios Portugueses*, 2012, p. 2-3)

No primeiro exemplo, entende-se que se trata de um subsídio, na medida em que não existe uma contrapartida produtiva, prestada a preços de mercado, mas somente a intenção de influenciar o preço de determinado serviço, no sentido de o tornar mais acessível aos utentes. No caso do segundo exemplo, tratar-se-ia de uma prestação de serviços pura, na medida em que a Câmara Municipal contrata determinado serviço (contrapartida produtiva) à empresa local ao seu preço de mercado, ou seja, ao preço tabelado para o público em geral. (*Ibidem*)

Parece-nos resultar claro que, na sequência do referido Art. 36.º do RJAEPL, situações como as do segundo exemplo devem ser classificadas como prestações de serviços e nunca como subsídios à exploração ou ao investimento, nem devendo constar dos contratos programa estabelecidos entre a empresa local e a Câmara Municipal. (*Ibidem*)

Reforça-se esta ideia, lembrando o princípio contabilístico da substância sobre a forma que estabelece que as operações devem ser contabilizadas atendendo à sua substância e à realidade financeira e não apenas à sua forma legal. (*Ibidem*)

Assim sendo, recomenda-se que as empresas locais abrangidas pela Lei n.º 50/2012 de 31 de agosto, procedam à devida correção e reclassificação das referidas prestações de serviços, providenciando a consequente elaboração de novas demonstrações financeiras e respetivas Certificações Legais de Contas. (*Ibidem*)

Ainda relativamente à monitorização da atividade das empresas locais, segundo as alíneas n.º 5 e n.º 6 do Art. 40.º da Lei n.º 50/2012 de 31 de agosto da Assembleia da República Portuguesa (2012, p. 4939). O desempenho da empresa local passa a ser objeto de avaliação plurianual pelos respetivos órgãos sociais, com a obrigatoriedade de elaboração de um relatório com a análise comparativa das projeções decorrentes dos estudos que presidiram à sua constituição ou alteração e a efetiva situação económico-financeira da empresa local, sendo este de comunicação obrigatória também à IGF.



Uma outra modificação é introduzida, segundo o agora no Art. 41.º da Lei n.º 50/2012 de 31 de agosto da Assembleia da República Portuguesa (2012), o qual determina que os empréstimos contraídos pelas empresas locais passam a contar para efeitos dos limites de endividamento das autarquias. Mais, que o próprio endividamento líquido das empresas passa a ser considerado para este efeito.

Contudo, nada é referido quanto à proporção dos empréstimos contraídos e ao endividamento líquido para os limites ao endividamento de cada município integrante. (*Parecer da Proposta de Lei n.º 58/XII/1.ª (GOV), de 24 de abril, 2012*)

É vedada aos municípios, associações de municípios e empresas do setor empresarial local, a concessão de empréstimos a entidades públicas ou privadas, salvo os casos expressamente previstos no n.º 4 do Art. referido no parágrafo anterior. Ou seja, excluem-se “as participações sociais das entidades públicas participantes nas entidades que integram o setor empresarial do Estado”. (Lei n.º 50/2012 de 31 de agosto da Assembleia da República Portuguesa, 2012)

No RJSEL também se reafirmava expressamente que as entidades participantes não podiam conceder empréstimos a empresas do setor empresarial local, sendo, ainda, acrescentado pelo Art. 32.º do RJAEPL, que as empresas também não podiam conceder empréstimos às entidades participantes. Estas proibições ainda se mantêm na Lei n.º 50/2012 de 31 de agosto, nas alíneas n.º 2 e n.º 3 do Art. 41.º.

O princípio do Equilíbrio de Contas à luz do Art. 31.º da Lei n.º 53-F/2006 de 29 de dezembro da Assembleia da República (2006), dá lugar à reposição pecuniária equivalente aos resultados operacionais, independentemente da liquidez da empresa e da superação do capital social pela incorporação de resultado económico positivo. O princípio agora apresentado na Lei n.º 50/2012 de 31 de agosto pelo Art. 40.º, refere a reformulação de resultado de exploração anual operacional acrescido dos encargos financeiros para o resultado líquido antes dos impostos, recolocando a base do reequilíbrio na variável correta – o resultado líquido – uma vez que é o seu valor que determina a variação do capital social. (*Parecer da Proposta de Lei n.º 58/XII/1.ª (GOV), de 24 de abril, 2012*)

O RJAEPL inova também nos Arts. 45.º e 48.º, onde se encontram dispostas as duas atividades possíveis dos tipos de empresa local, sendo essas, a prossecução de atividades de interesse geral e a promoção de desenvolvimento local ou regional.

Nos termos do Art. 45.º da Lei n.º 50/2012 de 31 de agosto da Assembleia da República Portuguesa (2012, p. 4940), as empresas locais que atuam na área da gestão de serviços de interesse geral, têm como objeto exclusivamente uma ou mais das seguintes atividades:

- “a) Promoção e gestão de equipamentos coletivos e prestação de serviços na área da educação, ação social, cultura, saúde e desporto;
- b) Promoção, gestão e fiscalização do estacionamento público urbano;
- c) Abastecimento público de água;
- d) Saneamento de águas residuais urbanas;
- e) Gestão de resíduos urbanos e limpeza pública;
- f) Transporte de passageiros;
- g) Distribuição de energia elétrica em baixa tensão”.

No que concerne aos termos do Art. 48.º da Lei n.º 50/2012 de 31 de agosto da Assembleia da República Portuguesa (2012, 4940-4941), as empresas locais que intervêm na área da promoção de desenvolvimento local e regional, têm como objeto as seguintes atividades:

- “a) Promoção, manutenção e conservação de infraestruturas urbanísticas e gestão urbana;
- b) Renovação e reabilitação urbanas e gestão do património edificado;
- c) Promoção e gestão de imóveis de habitação social;
- d) Produção de energia elétrica;
- e) Promoção do desenvolvimento urbano e rural no âmbito intermunicipal”.

Em relação a estas empresas, a Lei n.º 50/2012 de 31 de agosto prevê no n.º 2 do Art. 48.º, a possibilidade de os municípios a título excecional, poderem constituir ou participar em empresas, cuja atividade se integra na alínea *d)* anterior, quando a associação de município ou a área metropolitana que integrem não se encontre interessada em fazê-lo, e os municípios demonstrem capacidade financeira própria para o feito. É possível também adquirir participações sociais em sociedades comerciais de responsabilidade limitada que prossigam serviços de interesse público local. (*Parecer da Proposta de Lei n.º 58/XII/1.ª (GOV) de 29 de julho, 2010*)

Também ainda tendo como base o parecer anterior, para além destas alterações previstas neste novo regime jurídico, existe a possibilidade de os municípios, associações de municípios, e as áreas metropolitanas, criarem ou participarem em fundações e cooperativas, sendo também exigido o visto prévio pelo Tribunal de Contas.

Segundo o Parecer da Proposta de Lei n.º 58/XII/1.ª (GOV) de 29 de julho do Sindicato Nacional dos Trabalhadores da Administração Local e Regional (2010), o Capítulo VI do RJALPL que inclui a internalização, tem como base o Documento Verde da Reforma da Administração Local. Contudo a internalização é relegada para um plano secundário, dando-se mais ênfase na alienação de capital social das empresas locais ou na externalização dos serviços que as compõem.

No Art. 62.º da Lei n.º 50/2012 de 31 de agosto da Assembleia da República Portuguesa, (2012, p. 4942) atribui-se a capacidade de definição da alienação da totalidade ou parte do capital social destas empresas aos órgãos deliberativos das entidades públicas participantes, sendo as empresas locais obrigatoriamente dissolvidas no prazo de 6 meses, sempre que se verifique uma destas seguintes condições:

- “a) As vendas e prestações de serviços realizados durante os últimos três anos não cobrem, pelo menos, 50 % dos gastos totais dos respetivos exercícios;
- b) Quando se verificar que, nos últimos três anos, o peso contributivo dos subsídios à exploração é superior a 50 % das suas receitas;
- c) Quando se verificar que, nos últimos três anos, o valor do resultado operacional subtraído ao mesmo o valor correspondente às amortizações e às depreciações é negativo;
- d) Quando se verificar que, nos últimos três anos, o resultado líquido é negativo”.

No n.º 4 do Art. 70.º da Lei 50/2012 de 31 de agosto, as situações previstas no Art. 62.º da mesma lei, abrange a gestão das empresas locais e das sociedades comerciais participadas nos três anos imediatamente anteriores à entrada em vigor da presente lei. (*Parecer da Proposta de Lei n.º 58/XII/1.ª (GOV) de 29 de julho, 2010*)

Esta medida veio provocar o fecho de um grande número de empresas locais, afetando milhares de trabalhadores, contrariando as conclusões do Livro Branco do SEL. Essas conclusões iam no sentido da convicção de que algumas empresas deviam ser sujeitas a uma avaliação mais cuidada, quando existem indícios de insustentabilidade. Segundo a notícia do Correio da Manhã (2013, para. 3), “95 municípios admitem ter apenas 35 empresas à beira do fim, em diferentes fases do processo de extinção”.

Para conseguir essa avaliação mais rigorosa devem ser considerados essenciais os princípios do reforço da transparência na gestão do SEL e a sua boa gestão, para assegurar o controlo da despesa pública e a redução do nível de endividamento das empresas do SEL. (*Parecer da Proposta de Lei n.º 58/XII/1ª (GOV) de 28 de abril da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores*, 2012, p. 4)

Pode assim verificar-se, que a entrada do RJAEPL constituiu situações que conduzem à dissolução compulsiva de empresas locais sem razão de específicos diagnósticos económico-financeiros e independentemente da vontade das autarquias acionistas.

Neste âmbito, a ANMP pelo Ofício n.º 1364-2012-PB<sup>2</sup> datado de 12/12/2012 enviou para a Procuradoria-Geral da República, um pedido onde solicitava que esta promova junto do Tribunal Constitucional a apreciação da fiscalização da legalidade e da constitucionalidade das normas da Lei n.º 50/2012 de 31 de agosto, nomeadamente do seu Art. 62.º.

De forma a verificar-se, se as mesmas normas materializam ou não, uma interferência constitucional ilegítima no princípio da autonomia do poder local. Ou seja, a questão da inconstitucionalidade relativa ao “abuso” do Art. 6.º e alínea n.º 2 do Art. 242.º da Constituição da República Portuguesa foi colocada pelo parecer. (*Parecer de 10 de Dezembro*, 2012, p. 1)<sup>3</sup>

Deve ser tido ainda em consideração que a Procuradoria-Geral da República no seu ofício n.º 279/2013<sup>4</sup>, datado de 04/01/2013, em resposta ao ofício n.º 1364-2012-PB da ANMP, com atribuição de n.º de processo – 274/2012 - L.º 115, informou que o referido processo foi enviado ao Exmo. Senhor Procurador-Geral Adjunto Coordenador no Tribunal Constitucional, com pedido de parecer.

O Art. 6.º da Constituição da República Portuguesa da Assembleia da República Portuguesa (2005) define o princípio da autonomia local, referindo que o mesmo possui três vertentes, a administrativa, a financeira e a patrimonial. Relativamente à alínea n.º 2 do Art. 242.º da Constituição da República Portuguesa da Assembleia da República Portuguesa (2005), este atribui ao Governo um mero poder de fiscalização da legalidade dos atos da Administração Local.

---

<sup>2</sup> Não é possível anexar o Ofício referido, por motivos de sigilo privacidade praticados pela entidade ANMP. Não é também possível colocar a referência bibliográfica de onde foi retirada a informação, por motivos de sigilo de privacidade praticados pela entidade de acolhimento, SMART Vision.

<sup>3</sup> Não é possível anexar o referido parecer, por motivos de privacidade praticados pela entidade de acolhimento, SMART Vision. Contudo, refere-se que o mesmo parecer foi solicitado pela ANMP a determinada empresa de advogados.

<sup>4</sup> Não é possível anexar o Ofício referido, por motivos de sigilo privacidade praticados pela entidade ANMP. Não é também possível colocar a referência bibliográfica de onde foi retirada a informação, por motivos de sigilo de privacidade praticados pela entidade de acolhimento, SMART Vision.

Como a sua própria designação indica, o princípio de autonomia local, é uma norma de princípio cujo conteúdo impõe um espaço de atuação própria para os órgãos dos sujeitos autárquicos, especificamente no sentido de serem os próprios a determinar a ordenação das suas condutas. Encontra-se baseado na autorregulação, de forma a viabilizar as autarquias para a definição das suas próprias normas primárias e para que as mesmas atuem ao abrigo de uma disciplina normativa que é por si criada. (*Parecer de 10 de dezembro, 2012*)

A dissolução das empresas locais pode ser evitada se nos termos da alínea n.º 2 do Art. 62.º do RJAEPL, se transformar a empresa local numa empresa privada através da alienação integral da participação da autarquia nos termos do Art. 63.º do RJAEPL; ou se integrar ou transformar os serviços municipalizados, ou então por fusão de outras empresas locais nos termos do Art. 64.º do RJAEPL; ou então, por último, se internalizar a empresa local nos serviços da câmara municipal nos termos do Art. 65.º do RJAEPL. (*Parecer da Proposta de Lei n.º 58/XII/1.ª (GOV) de 29 de julho, 2010*)

Há que ter em consideração que as empresas locais não podem ter por objeto social as atividades que não se inserem nas atribuições municipais. Sendo que a possibilidade referida no parágrafo anterior, pode traduzir-se numa privatização do exercício da função municipal e colidir com as competências atribuídas por lei aos municípios. (*Parecer da Proposta de Lei n.º 58/XII/1.ª (GOV), de 24 de abril, 2012*)

Contudo na alínea c) do n.º 12 do Art. 62.º da Lei n.º 50/2012 de 31 de agosto, apresenta-se mais uma inovação em relação a versões anteriores, que diz respeito à possibilidade de integração ou internalização dos serviços na autarquia. Devendo para isso definir as atividades a integrar ou a internalizar, listar os postos de trabalho indispensáveis para a prossecução das atividades a integrar ou a internalizar, identificando a carreira e as áreas funcional, habilitacional e geográfica, quando necessário. E prever as disponibilidades orçamentais necessárias, nos termos da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro, que aprova as regras aplicáveis à assunção de compromissos e aos pagamentos em atraso das entidades públicas.

A informação seguinte encontra-se suportada pelo Parecer da Proposta de Lei n.º 58/XII/1.<sup>a</sup> (GOV) de 29 de Julho do Sindicato Nacional dos Trabalhadores da Administração Local e Regional (2010), as empresas que optem pelos processos de internalização ou de integração, devem de cumprir os requisitos previstos na Lei n.º 8/2012 de 21 de fevereiro - a Lei dos Compromissos e dos Pagamentos em Atraso, ou seja, é necessário a existência de disponibilidades orçamentais para o efeito.

Forçou-se assim as autarquias a livrarem-se destas empresas, incluindo o seu património, colocando obstáculos à reabsorção e não exigindo qualquer tipo de requisito ou fundamentação para a sua alienação economicamente responsável, e não tendo em consideração a proteção dos interesses públicos.

Neste tipo de situações os trabalhadores são sempre afetados se estes se encontrarem ao abrigo de instrumentos de mobilidade previstos na Lei n.º 12-A/2008 de 27 fevereiro, ou seja, os trabalhadores oriundos das autarquias e que desempenham funções ao abrigo de cedência de interesse público, voltam ao seu local de origem.

Segundo o Parecer da Proposta de Lei n.º 58/XII/1.<sup>a</sup> (GOV) de 29 de julho (2010) a situação referida no parágrafo anterior, traduz-se num despedimento coletivo em massa conforme o n.º 5 do Art. 62.º do RJAEPL, que elenca que todos os trabalhadores que desempenhem funções nas empresas nestas situações, e que não se encontrem ao abrigo do regime da cedência por interesse público ou outro regime de mobilidade previsto na Lei n.º 12-A/2008. É-lhes aplicado o regime do contrato de trabalho, o que significa, com a extinção da entidade patronal dos mesmos, procede-se ao despedimento coletivo por extinção de posto de trabalho.

Existe disposta uma exceção na alínea n.º 6 do Art. 62.º do RJAEPL, que prevê que as empresas em processo de liquidação podem ceder os seus trabalhadores contratados ao abrigo do regime do contrato de trabalho, por interesse público às autarquias respetivas na exata medida em que estes se encontrem afetos e sejam necessários ao cumprimento das atividades objeto de integração ou internalização.

Todavia, somente os trabalhadores diretamente ligados às empresas e não aqueles que desempenhem funções complementares ou auxiliares, existindo uma fundamentação adicional por parte da autarquia para que estes trabalhadores possam vir a ser cedidos e continuar a exercer estas funções. Finalizado o processo de liquidação da empresa, a empresa deixa de existir pelo que a partir desse momento cessa a cedência e os trabalhadores ficam efetivamente sem emprego.

Esta cedência só se encontra destinada aos trabalhadores com um ano ou mais na empresa, e o acordo celebrado deve ser obrigatoriamente por escrito, no prazo de 6 meses a contar da data de deliberação da dissolução encontrando-se sob pena de nulidade se o mesmo não ocorrer.

Nas alíneas n.º 8 e n.º 10 do Art. 62.º do RJAEPL encontra-se estabelecido um regime permite a possibilidade de ingresso na administração local a estes trabalhadores. No caso de a autarquia iniciar um procedimento concursal exclusivamente destinado a titulares de relação jurídica de emprego público por tempo indeterminado nos 12 meses seguintes a celebração do acordo de cedência de interesse público, estes

trabalhadores podem concorrer. Mas somente se o concurso se destinar à ocupação de postos de trabalho correspondentes as funções ou atividade a que o trabalhador cedido se encontra afeto e no desemprego.

Deve-se promover a afirmação clara que qualquer reforma deste setor terá que passar por uma remunicipalização dos serviços públicos essenciais para a vida das populações e para o desenvolvimento local e regional. Há que garantir que esses serviços não possam ser analisados somente sob a perspetiva económica considerando a prossecução do lucro a todo custo, não podendo ir contra os interesses de trabalhadores e populações, e contra o interesse da posição dominante/equivalente da entidade participante.

Uma reforma neste setor não pode deixar de assegurar os postos de trabalho e os direitos dos trabalhadores, pois operando-se a reabsorção destes serviços na esfera dos municípios deverão também os mesmos ser integrados, independentemente do respetivo vínculo e com pleno respeito pelos direitos e regalias.

Neste âmbito, justificar-se-á a criação de uma norma excecional que permita a integração direta de trabalhadores ao serviço do SEL nos mapas de pessoal das autarquias, tentando-se assegurar, no mínimo a manutenção das remunerações auferidas ao longo de anos ao serviço destas empresas prestadores de serviços públicos essenciais as populações.

Devendo a mesma potenciar o desenvolvimento local e regional e assegurando a qualidade de vida das populações, e mantendo os serviços públicos na esfera pública e garantido os direitos dos trabalhadores.

### **3.4.1. Estrutura de processos**

Encontram-se elencadas no Capítulo VI da Lei n.º 50/2012 de 31 de agosto da Assembleia da República Portuguesa (2012), as situações que conduzem aos processos de alienação, dissolução, transformação, integração, fusão e internalização das empresas locais.

Elaborou-se um quadro representativo dos processos enquadrados no capítulo referido anteriormente, com a consequente referência aos respetivos procedimentos a realizar e às respetivas consequências, nomeadamente quanto ao pessoal da empresa local. Este quadro que caracteriza os processos elencados no Capítulo VI do RJAEPL pode ser consultado no Anexo 1<sup>5</sup>.

---

<sup>5</sup> Anexo 1: Quadro da Descrição dos Processos presentes no Capítulo VI da Lei n.º 50/2012 de 31 de agosto.

## **Capítulo IV – Metodologia de Investigação**

### **4.1. Metodologia desenvolvida**

No presente relatório de estágio encontra-se desenvolvido um enquadramento do novo RJAEPL, face ao modelo organizativo e institucional de diferentes empresas municipais na prestação de serviços públicos com infraestruturas urbanas em Portugal.

De forma a atingir os objetivos da investigação do tema abordado e para se interpretar da melhor o tema, procedeu-se inicialmente a uma dissecação cuidada da matéria relativa ao âmbito do tema. Através da interpretação das leituras realizadas e dos dados obtidos, foi possível descrever alguns factos e um balanço teórico relativo ao tema.

Procedeu-se também a uma descrição da evolução e uma enumeração das principais linhas orientadoras do novo RJAEPL, sendo essa obviamente a parte essencial do presente estudo. Uma vez que este novo diploma legal apresenta disposições inovadoras que contribuíram para a melhor análise do estudo de caso.

A metodologia desenvolvida na realização do presente relatório permitiu assim proceder à referência de trabalhos significativos sobre o assunto, assinalando o estado teórico e os principais pontos litigiosos identificados sobre a temática em estudo.

Posteriormente abordou-se o caso em estudo, a Empresa Municipal ABC, sob uma perspetiva formal através de aproximação jurídica e sob a consideração da sua relação com a concorrência. Por último, sob uma perspetiva material realizou-se uma aproximação económico-financeira com dados reais com vista a determinar o seu enquadramento no Art. 62.º do RJAEPL, permitindo desta forma enriquecer o relatório.

De modo a relacionar a investigação prática com a teórica que serve de base à interpretação dos dados e factos recolhidos, realizou-se para além da revisão da literatura, a definição dos conceitos estruturantes que suportam a investigação. Sendo exemplo disso, anexo 1, o quadro representativo dos processos estipulados no Capítulo VI da Lei n.º 50/2012 de 31 de agosto.

No procedimento de análise dos dados e factos recolhidos optou-se por realizar uma abordagem indutiva, dedutiva, e dialética. Ao estudo de caso aplicou-se procedimentos em termos, tipológicos, funcionalistas, e estruturalistas.

Como metodologia de apresentação das técnicas para a recolha de dados efetuou-se uma pesquisa documental e bibliográfica, observando e analisando o seu conteúdo pelas experiências pessoais e profissionais vividas através da interação com o estudo de caso, tendo sido posteriormente realizado o tratamento dos dados recolhidos.

Durante todo o processo de investigação reviu-se e reavaliou-se o progresso feito desde o momento inicial, com vista a atualizar permanentemente a investigação a partir da verificação de novos estudos ou análises que pudessem influenciar a investigação; essencialmente no que concerne ao aparecimento de novos pontos a

abordar que pudessem colocar em causa todo o trabalho desenvolvido e as suas respetivas considerações finais.

No momento de redação do relatório de estágio curricular, utilizou-se a revisão da literatura realizada para assim se contextualizar a investigação e verificar se a metodologia desenvolvida é suportada pela revisão bibliográfica realizada, e se esta avalia o conhecimento do autor sobre o tema de estudo.

## **4.2. Atividades desenvolvidas**

Durante o período do estágio curricular realizado procurou-se sempre desenvolver e implementar as competências adquiridas durante a vida pessoal, académica e a (pouca) experiência profissional. Contudo, foi também possível e necessário, desenvolver novas competências para a adequada condução do processo de aprendizagem.

Dessa forma, para cumprir os objetivos inicialmente propostos mencionados no início do presente relatório, o mestrando participou na realização das seguintes tarefas no âmbito deste tema:

- Apresentação da atividade empresarial local;
- Apresentação da entidade de acolhimento através de um enquadramento legal da entidade;
- Enquadramento da entidade à luz da Lei n.º 50/2012, de 31 de agosto;
- Decisão estratégica do Município mediante o enquadramento efetuado, e efetiva realização do plano de ação definido;
- Obtenção de informação e o controlo realizado a partir dessa mesma informação;

Na realização das tarefas desenvolvidas, foram aplicados conhecimentos adquiridos durante a fase académica nas unidades de contabilidade financeira, contabilidade de gestão, direito comercial e das sociedades e auditoria. As novas competências adquiridas para o desenvolvimento das tarefas propostas, dizem respeito à aprendizagem do funcionamento da Contabilidade Pública e do Setor Empresarial Local, tendo apenas sido possível a partir da informação disponibilizada pela entidade de acolhimento, SMART Vision.



## **Capítulo V – Estudo de Caso**

### **5.1. Âmbito**

Com a parceria estabelecida entre o Município de AAA na contratação da prestação de serviços de assessoria à SMART Vision, para que esta última procedesse à aplicação do novo RJELPL na Empresa Municipal ABC, surgiu a oportunidade do mestrando propor-se a realizar um Estudo de Caso com base em dados reais, tendo em vista a verificação do impacto da aplicação desse novo regime jurídico nesse município.

Para cumprir os objetivos definidos, desenvolveram-se as tarefas referidas no ponto anterior do presente relatório, de forma a proceder ao enquadramento da Empresa Municipal ABC na Lei n.º 50/2012 de 31 de agosto, acompanhando todos os procedimentos inerentes às decisões estratégicas do Município mediante o enquadramento efetuado e a efetiva realização do plano de ação definido.

O estudo de caso apresentado é suportado por dados recolhidos reais, sendo-lhes aplicada a política de privacidade praticada pela entidade de acolhimento SMART Vision na apresentação dos referidos dados. Não se procedeu à divulgação de qualquer informação que demonstre, na realidade, a que entidades ou indivíduos intervenientes se refere o estudo, a fim de garantir a confidencialidade exigida.

Prevê-se retirar da sua análise considerações que permitam justificar o cumprimento (ou não) dos objetivos propostos inicialmente. Tendo em vista essa análise, as considerações finais serão essencialmente suportadas pelo enquadramento legal realizado, pelas atividades e capacidades desenvolvidas, e claro pelo estudo de caso apresentado. De forma a assegurar que as considerações se encontrem justificadas adequada e suficientemente.

### **5.2. Pressupostos**

É de referir que com as reuniões de trabalho realizadas com o Município de AAA e com a Empresa Municipal ABC no decurso do acompanhamento do estudo de caso, foi possível clarificar melhor os objetivos e o respetivo conteúdo, interpretando e ajustando os objetivos à luz dos desenvolvimentos que ocorreram no processo de preparação do mesmo.

O estudo de caso realizado visa o cumprimento dos seguintes objetivos:

- Enquadrar a empresa municipal ABC à luz da Lei n.º 50/2012 de 31 de agosto;
- Elaborar o Projeto de Dissolução, Liquidação e Internalização da Empresa Municipal ABC;
- Retirar conclusões para responder à questão problema do presente relatório de estágio curricular.

De forma a assegurar a melhor aplicação da análise ao RJELPL foi necessário definir alguns pressupostos viáveis aos resultados apresentados no estudo de caso elaborado.

Começa-se por referir que a Empresa Municipal ABC é dotada de personalidade jurídica e autonomia administrativa, financeira e patrimonial, e que a mesma se assume como uma empresa pública de âmbito

municipal encarregada pela promoção do desenvolvimento local e regional. Pressupõe-se ainda que a sua capacidade jurídica abrange o universo dos direitos e obrigações necessários à prossecução do seu objeto.

O capital social da Empresa Municipal ABC é de €50.000,00 (cinquenta mil euros), encontrando-se integralmente subscrito e realizado, sendo o Município de AAA o titular da totalidade do capital social.

Por conseguinte, a Câmara Municipal de AAA exerce em relação à Empresa Municipal ABC os poderes de posição dominante previstos na Lei n.º 50/2012 de 31 de agosto e a demais legislação aplicável, bem como o estipulado nos Estatutos desta.

Segundo o Art. 20.º da Lei n.º 50/2012 de 31 de agosto da Assembleia da República Portuguesa (2012),

“as empresas locais têm como objecto exclusivo a exploração de atividades de interesse geral ou a promoção do desenvolvimento local e regional, nos termos do disposto nos artigos 45.º e 48.º, de forma tendencialmente auto-sustentável, sendo proibida a constituição de empresas locais para a prossecução de atividades de natureza exclusivamente administrativa ou com intuito exclusivamente mercantil”.

Do n.º 3 do Art. 22.º dos Estatutos da Empresa Municipal ABC<sup>6</sup>, enquanto tiver uma participação social superior a 10%, o Município de AAA tem direito à nomeação de um vogal para o conselho de administração.

Por deliberação do Órgão Executivo e Deliberativo do Município de AAA, foi aprovada a celebração de um protocolo de cooperação entre uma empresa que presta serviços na área de Gestão de Resíduos e a Câmara Municipal de AAA. Este acordo tomou a forma de Acordo Parassocial, tendo em consideração que o capital social dessa referida entidade é partilhado entre as duas entidades em 75% e 25%, respetivamente.

De acordo com os respetivos Estatutos da Empresa Municipal ABC, a mesma tem como objeto social “a construção, a gestão e a exploração de parques de negócios, áreas de localização empresarial e zonas industriais no Conselho de AAA, visando a promoção e a dinamização do potencial de atividades e económico do Município de forma sustentada, conducente à fixação de empresas no conselho”.

Neste contexto, a Empresa Municipal ABC insere-se numa atividade de promoção do desenvolvimento local e regional conforme o Art. 48.º do RJAEPL.

Segundo os Estatutos da Empresa Municipal ABC<sup>7</sup>, esta mesma entidade tem como objetivos principais, os supracitados:

- Assegurar a construção e o funcionamento regular das infraestruturas, dos serviços comuns às empresas instaladas;
- Fiscalizar a instalação e a atividade exercida pelas empresas instaladas;
- Assegurar a cedência, arrendamento ou alienação dos terrenos ou dos edifícios destinados à instalação de empresas, compra e venda de imóveis e revenda dos adquiridos para esse fim;
- Desenvolver um conjunto de ações que vissem assegurar, de forma regular, contínua e eficiente o seu objeto social;
- Promover a captação de investimento para o desenvolvimento empresarial do Município de AAA;

---

<sup>6</sup> Não é possível anexar o Regulamento do Estatutos da Empresa Municipal ABC, por motivo da política de privacidade praticada pela entidade de acolhimento, SMART Vision.

<sup>7</sup> Não é possível anexar o Regulamento do Estatutos da Empresa Municipal ABC, por motivo da política de privacidade praticada pela entidade de acolhimento, SMART Vision.

- Estimular e apoiar a criação de novas empresas;
- Promover a incubação de empresas;
- Apoiar o comércio e as empresas locais mediante ações de valorização e promoção dos produtos e serviços das atividades desenvolvidas pelas empresas sedeadas no conselho”.

Verifica-se que a Empresa Municipal ABC desenvolve atividades de natureza exclusivamente administrativa, traduzidas, essencialmente, no desenvolvimento de ações tendentes à captação e instalação de unidades empresariais no Município de AAA.

A informação financeira preparada e a seguir apresentada no presente relatório de estágio encontra-se de acordo com o referencial do SNC, que integra as Normas Contabilísticas de Relato Financeiro (NCRF), adaptadas pela Comissão de Normalização Contabilística (CNC), a partir das Normas de Relato Financeiro emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB), e adotadas pela União Europeia.

### **5.3. Enquadramento Lei n.º 50/2012, de 30 de agosto**

Conforme descrito em pontos anteriores do presente relatório de estágio curricular, no dia 1 de setembro do ano transato, entrou em vigor a Lei n.º 50/2012 de 31 de agosto.

A aludida Lei, para além da revogação do RJSEL em vigor, introduziu um novo regime jurídico relativamente à atividade empresarial local e das participações locais, o qual visa passar a abranger, não só as empresas locais, mas também a constituição ou a mera participação em associações, cooperativas, fundações ou quaisquer outras entidades de natureza privada ou cooperativa pelos municípios, pelas associações de municípios (independentemente da respetiva tipologia) e pelas áreas metropolitanas. Desta conjuntura resulta a evidência de que a Lei supracitada é aplicável à Empresa Municipal ABC.

Da análise deste diploma legal, e com relevância para o que está em estudo, mereceu destaque o disposto no n.º 1 do seu Art. 62.º, da referida Lei n.º 50/2012 de 31 de agosto da Assembleia da República Portuguesa, o qual estabelece que:

“Sem prejuízo do disposto no artigo 35.º do Código das Sociedades Comerciais, as empresas locais são obrigatoriamente objeto de deliberação de dissolução, no prazo de seis meses, sempre que se verifique uma das seguintes situações:

- a) As vendas e prestações de serviços realizados durante os últimos três anos não cobrem, pelo menos, 50 % dos gastos totais dos respetivos exercícios;
- b) Quando se verificar que, nos últimos três anos, o peso contributivo dos subsídios à exploração é superior a 50 % das suas receitas;
- c) Quando se verificar que, nos últimos três anos, o valor do resultado operacional subtraído ao mesmo o valor correspondente às amortizações e às depreciações é negativo;
- d) Quando se verificar que, nos últimos três anos, o resultado líquido é negativo”. (2012, p. 4942-4943)

Ou seja, nos termos legais, as entidades públicas participantes, no prazo de seis meses após a entrada em vigor da Lei n.º 50/2012 de 31 de agosto, devem determinar a dissolução ou, em alternativa, a alienação

integral das respetivas participações, desde que as entidades e sociedades participadas incorram, pelo menos, numa das situações referidas no n.º 1 do Art. 62º e no Art. 66º.

Na Tabela 6, é exposto o enquadramento da Empresa Municipal ABC face ao contexto das situações referidas no n.º 1 do Art. 62º do RJAEPL.

**Tabela 6: Enquadramento face às situações referidas no n.º 1 do Art. 62º do RJAEPL**

<b>Art. 35.º do Código das Sociedades Comerciais - Capital próprio da sociedade for igual ou inferior a metade do capital social.</b>		<b>2011</b>		
	Capital Próprio	226.450,58 €		
	Capital Social	50.000,00 €		
	Metade do capital social	25.000,00 €		
<b>Art. 62.º n.º 1 alínea a)</b> As vendas e prestações de serviços realizados durante os últimos três anos não cobrem, pelo menos, 50% dos gastos totais dos respetivos exercícios.		<b>2011</b>	<b>2010</b>	<b>2009</b>
	Vendas e Prestações de Serviços	40.675,89 €	28.462,97 €	34.348,83 €
	Gastos Totais	596.712,06 €	523.110,37 €	215.642,30 €
	Cobertura dos Gastos Totais pelas Vendas e Prestações de serviços (%)	6,82%	5,44%	15,93%
	<b>ENQUADRA-SE</b>			
<b>Art. 62.º n.º 1 alínea b)</b> Quando se verificar que, nos últimos três anos, o peso contributivo dos subsídios à exploração é superior a 50% das suas receitas		<b>2011</b>	<b>2010</b>	<b>2009</b>
	Subsídios à Exploração	520.500,00 €	470.372,57 €	208.749,10 €
	Receitas Totais	601.025,21 €	514.233,63 €	243.097,93 €
	Peso contributivo dos subsídios à exploração nas receitas (%)	86,60%	91,47%	85,87%
	<b>ENQUADRA-SE</b>			
<b>Art. 62.º n.º 1 alínea c)</b> Quando se verificar que, nos últimos três anos, o valor do resultado operacional, subtraído ao mesmo o valor correspondente às amortizações e às depreciações, é negativo;		<b>2011</b>	<b>2010</b>	<b>2009</b>
	Resultado operacional, subtraindo o valor correspondente às amortizações e às depreciações	4.329,40 €	-8.804,46 €	27.583,28 €
<b>Art. 62.º n.º 1 alínea d)</b> Quando se verificar que, nos últimos três anos, o resultado líquido é negativo.		<b>2011</b>	<b>2010</b>	<b>2009</b>
	Resultado Líquido	1.949,48 €	-9.041,34 €	23.632,47 €

Cumpra esclarecer que a situação financeira da Empresa Municipal ABC se enquadra nas alíneas a) e b) do n.º 1 do Art. 62º do RJAEPL.

Face ao acima exposto a Empresa Municipal ABC tem enquadramento em duas das situações previstas no n.º 1 do Art. 62.º. Dada a demonstração do enquadramento da Empresa Municipal ABC, e face às disposições vertidas no n.º 1 do Art. 62.º, o Município de AAA teve que, no prazo de seis meses após a entrada em vigor da presente lei, determinar a sua dissolução.

Assim, por forma a dar cumprimento especificado no n.º 2 do Art. 61.º da Lei n.º 50/2012, de 31 de agosto, e cumprir as suas disposições, é apresentada a proposta de dissolução e internalização no Ponto “Apresentação de Resultados” do presente relatório.

### **5.3.1. Cenário de Implementações**

De acordo com o RJAEPL, a Empresa Municipal ABC tem que ser obrigatoriamente dissolvida conforme referido previamente, e a participação local devem ser objeto de alienação obrigatória. Contudo, a mesma entidade pode tomar diferentes cenários tendo em consideração o regime jurídico a que está inserida.

Caso se opte pela dissolução seguida da liquidação, pode posteriormente proceder-se à integração da empresa local como um serviço municipalizado, desde que a mesma opção seja objeto de deliberação no prazo de seis meses. O serviço municipalizado integrado deve se encontrar em conformidade com o estipulado no Capítulo II da Lei n.º 50/2012 de 31 de agosto.

Outro cenário possível é optar-se pela dissolução seguida da liquidação, e posteriormente proceder-se à fusão entre empresas locais dependendo da prévia demonstração da viabilidade económico-financeira, e da racionalidade económica da futura estrutura, desde que a mesma opção seja objeto de deliberação no prazo de seis meses. O estudo a realizar deve-se encontrar em conformidade com o estipulado no Art.º. 32.º da Lei n.º 50/2012 de 31 de agosto, e ficando a nova empresa local, sujeita ao regime dos Arts. 22.º e 23.º.

Pode também optar-se pela dissolução seguida da liquidação, e posteriormente proceder-se à internalização da (s) atividade (s) da empresa local, nos serviços da entidade pública participante, desde que a mesma opção seja objeto de deliberação no prazo de seis meses. Para tal, será necessário apresentar o Plano de Internalização referido no n.º12 do art.º. 62.º da Lei n.º 50/2012 de 31 de agosto, no prazo de 15 dias, juntamente com a deliberação da medida adotada.

Ou então em último caso, caso não se opte pela dissolução, pode proceder-se à alienação integral da participação detida pela entidade pública participante, desde que a mesma opção seja objeto de deliberação no prazo de seis meses. Este processo leva a que a empresa local perca a sua natureza, e consequentemente os seus efeitos legais e contratuais.

Tendo em consideração a decisão da Câmara Municipal de AAA aborda-se no presente ponto do relatório de estágio de forma mais detalhada, o cenário da internalização.

De acordo com o disposto no Art. 65.º do RJAEPL, a atividade das empresas locais pode ser objeto de internalização nos serviços das respetivas entidades públicas participantes. Encontra-se igualmente disposto

no n.º 2 do Art. 61.º do mesmo regime, que a internalização das empresas locais depende da prévia deliberação dos órgãos da entidade pública participante competentes para a sua constituição.

Nos termos do n.º 12 do Art. 62.º da Lei n.º 50/2012 de 31 de agosto da Assembleia da República Portuguesa (2012, p. 4943),

“a deliberação de dissolução da empresa local que implique a integração ou a internalização de quaisquer atividades é acompanhada do respetivo plano, o qual deve incluir os seguintes elementos:

- a) Definição das atividades a integrar ou a internalizar;
- b) Listagem dos postos de trabalho indispensáveis para a prossecução das atividades a integrar ou a internalizar, identificando a carreira e as áreas funcional, habilitacional e geográfica, quando necessárias;
- c) Previsão das disponibilidades orçamentais necessárias, nos termos da Lei n.º 8/2012 de 21 de fevereiro, que «Aprova as regras aplicáveis à assunção de compromissos e aos pagamentos em atraso das entidades públicas”.

O Plano de internalização encontra-se incorporado na Proposta de deliberação de Dissolução da Empresa Municipal ABC, proposta essa que deve ser constituída por:

- Proposta de dissolução e internalização;
- Termos da liquidação do respetivo património;
- Plano de internalização;
- Forma de salvaguarda da situação dos trabalhadores da empresa, garantindo os seus direitos legais.

Sendo assim, em consonância com a proposta de dissolução feita, deverá a Assembleia Municipal de AAA, sob proposta da Câmara Municipal de AAA, deliberar a internalização da atividade da Empresa Municipal ABC, com efeito a partir do dia 1 de abril de 2013, no termos dos capítulos XI, XII e XIII do novo RJAELPL, Lei n.º 50/2012 de 31 de agosto.

A obrigatoriedade de acordo escrito dos credores para a efetivação da dissolução com liquidação por transmissão global de património, está disposta no Código das Sociedades Comerciais, e garante a proteção dos direitos dos credores. Não deverá ser necessário adotar quaisquer medidas especiais de proteção dos direitos dos credores, na medida em que os mesmos beneficiam das medidas legalmente reconhecidas, sendo assim devidamente acautelados os seus direitos.

Do ponto de vista contabilístico, as operações da empresa dissolvida deverão ser consideradas como efetuadas por conta do Município de AAA a partir do dia 1 de fevereiro de 2013, para a qual deverão ser transferidos todos os respetivos elementos patrimoniais, ativos e passivos, em cumprimento dos termos da dissolução.

Os ativos e passivos que compõem o património global da empresa a dissolver para a Câmara Municipal de AAA, deverão ser avaliados pelos respetivos valores líquidos contabilísticos da empresa a dissolver.

Tendo em conta que os critérios adequados de valorimetria que tinham vindo a ser adotados pela empresa a dissolver e pela Câmara Municipal de AAA desse património, nas suas contabilidades e demonstrações financeiras, entende-se que os elementos ativos e passivos constituintes do património da Empresa Municipal ABC deverão ser transmitidos pelo património da Câmara Municipal de AAA, e registados na contabilidade

desta última, pelos mesmos valores com que se encontravam inscritos na contabilidade da Empresa Municipal ABC.

Constituíram-se também parte desses elementos ativos e passivos, a lista de bens imóveis e outros direitos e bens móveis sujeitos a registo nos termos da lei propriedade da Empresa Municipal ABC.

Importa aqui referir que, com o registo definitivo da presente dissolução junto da Conservatória do Registo Comercial, será extinta a Empresa Municipal ABC, o que terá como consequência a transmissão de todos os direitos e obrigações para a Câmara Municipal de AAA.

Deverá assim a Assembleia Municipal de AAA, sob proposta da Câmara Municipal de AAA deliberar no sentido da liquidação se efetuar em simultâneo com a dissolução, com a transferência da globalidade do património da Empresa Municipal ABC, incluindo, necessariamente, todo o ativo e passivo, a qual será efetuada pelos valores inscritos na respetiva contabilidade e constantes do balanço à data de 1 de abril de 2013. E assim, se conseguir beneficiar do regime especial de neutralidade fiscal, previsto no Art. 74.º e seguintes do Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas.

Dado que existem bens imóveis a transmitir, terá de haver, antecipadamente, escritura de transmissão desses bens, ou então a dissolução ser feita por escritura que será anexada ao pedido de registo. Neste sentido deve ser proposto que seja lavrada escritura pública da deliberação de dissolução e liquidação no sentido de esta ser anexada ao pedido de registo.

Deverá ser proposto ainda que seja constituído como acionista único da Empresa Municipal ABC, o Município de AAA. Mais, que este seja nomeado e assuma a responsabilidade por todos os atos conducentes à dissolução e liquidação daquela, sendo designado como depositário dos livros e documentos da sociedade liquidada.

Uma vez que todas as funções atuais da Empresa Municipal de ABC correspondem a competências e atribuições dos Municípios, tipificadas na lei, e dado que os Serviços Municipalizados do Município de AAA têm uma atividade perfeitamente delimitada e orientada para a prestação de serviços concretos, o cenário mais evidente e coerente será a internalização global da sua atividade no Município de AAA, e por essa mesma razão, deverá proceder-se à elaboração do plano de internalização.

Refletindo sobre a compatibilidade da atividade que vem sendo desenvolvida pela Empresa Municipal ABC, com as competências e atribuições das autarquias locais, pode ser considerado que essa possa ser internalizada na estrutura do Município AAA, sem que daí resulte qualquer prejuízo para a sua observância.

Deverá ser garantida a partir da data da sua dissolução pelo Município de AAA, a definição das atividades a integrar ou a internalizar, de forma a cumprir-se o primeiro ponto no Plano de Internalização.

Atendendo organização e o funcionamento dos serviços municipais do Município de AAA em vigor, deve propor-se que as atribuições da Empresa Municipal ABC previstas nos seus Estatutos sejam assimiladas

pelos serviços do Município, promovendo uma alteração das competências dos mesmos em sede do regulamento de organização dos serviços municipais.

Consequentemente o segundo ponto do Plano de Internalização, consiste na Listagem dos postos de trabalho indispensáveis para a prossecução das atividades a integrar ou a internalizar, identificando a carreira e as áreas funcional, habilitacional e geográfica, quando necessárias.

É necessário justificar, no plano internalização, quais os recursos afetos e necessários ao cumprimento das atividades que irão ser assimiladas, e englobar os recursos que se encontram no regime de mobilidade previstos na Lei n.º 12-A/2008 de 27 de fevereiro, e os que se enquadram no regime do contrato de trabalho.

Encontra-se disposto no Art. 58.º da Lei n.º 12-A/2008 de 27 de fevereiro, a possibilidade de cedência dos trabalhadores contratados ao abrigo do regime de contrato de trabalho, exclusivamente no caso dos contratos terem sido celebrados no prazo dos seis meses após a deliberação da dissolução da empresa local.

O Município de AAA não terá de assegurar os postos de trabalho próprios constantes do mapa de pessoal da Empresa Municipal ABC para a prossecução das atividades internalizadas, pelo que poderá ser necessário haver lugar a uma cedência nos termos previstos no n.º 6 do Art. 62.º da Lei 50/2012 de 31 de Agosto.

Não é aplicável para os trabalhadores a ceder pela Empresa Municipal ABC ao Município de AAA, o direito de o trabalhador poder optar pela remuneração base devida na situação jurídico-funcional de origem constituída por tempo indeterminado. Esses trabalhadores terão que aceitar a remuneração da carreira/categoria indicada como indispensável no plano de internalização, nos termos do regime de remunerações dos trabalhadores que exercem funções públicas.

No caso dos trabalhadores com relação jurídica por tempo indeterminado, em situação de cedência de interesse público ao abrigo do n.º 6 do Art. 62.º do RJAEPL, estes poderão candidatar-se aos procedimentos concursais abertos até a um prazo de um ano, exclusivamente destinado à sua tipologia de relação jurídica, e apenas aplicados à ocupação do posto de trabalho referente à função que o trabalhador cedido executava, no âmbito do processo de internalização.

Nos casos de não constituição de relação jurídica de emprego público por tempo indeterminado, foram devidamente compensados os trabalhadores pela extinção do anterior posto de trabalho, nos termos do previsto no regime de contrato de trabalho.

O último ponto a realizar para a implementação do Plano de Internalização é a revisão das disponibilidades orçamentais necessárias, nos termos da Lei n.º 8/2012 de 21 de fevereiro, que aprova as regras aplicáveis à assunção de compromissos e aos pagamentos em atraso das entidades públicas.

Para finalizar o processo de Dissolução e Liquidação, deverá ser apresentado um requerimento na Conservatória do Registo Comercial – Modelo 1 da Direção-Geral dos Registos Nacionais - no qual é requerido o reconhecimento da causa de dissolução da empresa, tendo que ser apresentada a ata onde conste a deliberação da dissolução da Empresa Municipal ABC. A apresentação do requerimento na Conservatória do



Registo Comercial terá que ser feita no prazo máximo de dois meses a contar da data da deliberação da dissolução, sob pena de aplicação de coima.

Uma vez registada a dissolução, a Conservatória deverá comunicar oficiosamente o facto: ao Registo Nacional de Pessoas Coletivas, para efeitos da respetiva inscrição no ficheiro central de pessoas coletivas; à Autoridade Tributária e à Segurança Social, para efeitos de dispensa de apresentação das competentes declarações de alteração de situação jurídica.

Nos termos do n.º 3 do Art. 61.º da Lei n.º 50/2012 de 31 de agosto, as deliberações de dissolução e internalização das empresas locais devem ser comunicadas à DGAL e à IGF, no prazo de 15 dias, se existente, também deverá ser comunicada à entidade reguladora do setor.

Atendendo ao enquadramento da Empresa Municipal ABC em situação de dissolução eminente e internalização no Município de AAA, não existe necessidade de proceder a uma adequação dos estatutos, conforme estipulado na alínea n.º1 do Art. 70.º do RJAEPL.

#### **5.4. Implementação do cenário definido (plano de ação)**

A implementação do cenário definido pelo Município de AAA considerou as premissas dispostas no Art. 62.º da Lei n.º 50/2012 de 31 de agosto, sendo as disposições de seguida apresentadas no presente relatório, destinadas ao cumprimento dessas mesmas premissas.

Com base no Art. 61.º do RJAEPL, coube à Assembleia Municipal de AAA sob proposta da Câmara Municipal de AAA: deliberar a dissolução da Empresa Municipal ABC; e propor que a dissolução com entrada em liquidação fosse deliberada com efeitos a 1 de abril de 2013.

Nos termos do n.º 4 do Art. 62.º do RJAEPL, a dissolução da Empresa Municipal ABC, obedeceu ao regime jurídico dos procedimentos administrativos de dissolução e de liquidação de entidades comerciais.

O processo de liquidação da Empresa Municipal ABC para o Município de AAA, operacionalizou-se conforme as regras gerais previstas no Art. 146.º, 149.º, 150.º, e do Art. 153.º ao 165.º, todos estes respeitantes ao Código das Sociedades Comerciais.

A Assembleia Municipal de AAA, sob proposta da Câmara Municipal de AAA deliberou no sentido da liquidação se efetuar nos termos do Código das Sociedades Comerciais em tudo o que seja aplicável, e pelo direito público nas restantes situações.

Como órgão deliberativo do acionista único da Empresa Municipal ABC, a Assembleia Municipal de AAA deliberou sobre a concessão a um mandatário com poderes especiais, sem lugar a qualquer remuneração, para praticar os atos necessários à execução da deliberação tomada.

Nos termos do Art. 149.º do Código das Sociedades Comerciais, referente a operações preliminares da liquidação, antes de ser iniciada a liquidação organizou-se e aprovou-se, nos termos desta lei, os documentos

de prestação de contas da sociedade, reportados à data da dissolução, tendo-o a administração realizado dentro do prazo dos 60 dias seguintes à dissolução da Empresa Municipal ABC.

As contas reportadas à data da dissolução da Empresa Municipal ABC tiveram tratamento semelhante às contas anuais da mesma, passando esta, a partir da data da dissolução, a ser acompanhada da respetiva designação social da expressão “Sociedade em liquidação” ou “em liquidação”. (*Ministério das Finanças e da Administração Pública e da Justiça*, 2006)

Importa referir que, com o registo definitivo da presente dissolução junto da Conservatória do Registo Comercial, foi extinta a Empresa Municipal ABC, o que teve como consequência a transmissão de todos os direitos e obrigações para o titular do capital social.

No exercício em que se iniciou a liquidação procedeu-se à separação, em termos contabilísticos, das operações até à data da dissolução e das ocorridas após essa data, dada a obrigatoriedade da sua apresentação separada, tendo sido as contas finais organizadas de modo a discriminar os resultados das operações de liquidação e o mapa da partilha (n.º 3 do Art. 157.º do Código das Sociedades Comerciais), sem prejuízo, de anualmente serem prestadas contas acompanhadas de relatório pormenorizado do estado da liquidação (Art. 155.º do Código das Sociedades Comerciais). (*Ministério das Finanças e da Administração Pública e da Justiça*, 2006)

Os liquidatários pagaram todas as dívidas da sociedade para as quais fosse suficiente o ativo social (Art. 154.º do Código das Sociedades Comerciais), sendo o ativo restante destinado, primeiramente, ao reembolso do montante das entradas efetivamente realizadas. (*Ministério das Finanças e da Administração Pública e da Justiça*, 2006)

Não obstante a aplicação do Código das Sociedades Comerciais ao processo de liquidação da Empresa Municipal ABC, esta enquanto pessoa coletiva de direito público, com a natureza de entidade empresarial local, não solveu a globalidade do seu ativo para liquidação integral do passivo, devido à existência de um empréstimo de médio e longo prazo inerente a um projeto em curso. Tendo sido nesse seguimento, apresentado aos liquidatários em tempo oportuno o Plano de Partilha do ativo e do passivo restante, sendo este transmitido ao sócio único, o Município de AAA.

Após a deliberação da Assembleia Municipal de AAA, com indicação do depositário dos livros, documentos e demais elementos da contabilidade, a conservar pelo prazo de 5 anos (n.º 4 do Art. 157.º do Código das Sociedades Comerciais), foi requerido o registo do encerramento da liquidação, após o qual a sociedade se considerou extinta (Art. 160.º do Código das Sociedades Comerciais). (*Ministério das Finanças e da Administração Pública e da Justiça*, 2006)

O encerramento da liquidação e consequente pedido de registo na Conservatória do Registo Comercial determinou a cessação da atividade para efeitos de Imposto sobre Rendimento Coletivo, conforme disposto no n.º 5 do Art. 8.º do Código do Imposto sobre Rendimento Coletivo.

Atendendo à natureza das atividades que vêm sendo desenvolvidas pela Empresa Municipal ABC e da reduzida estrutura criada, considerou-se também que, à luz do disposto na Lei n.º 50/2012, de 31 de agosto, internalizar a atividade na estrutura do Município de AAA, não tendo resultado daí qualquer prejuízo para a sua observância.

Para o desenvolvimento e imediato cumprimento das atividades, objeto de internalização, tornou-se necessária a cedência dos colaboradores da Empresa Municipal ABC ao Município de AAA, tendo sido aprovada a minuta da contratualização.

Considerou-se a necessidade de cedência dos colaboradores da Empresa Municipal ABC ao Município de AAA, no prazo máximo de 6 meses, e o desenvolvimento e imediato cumprimento das atividades objeto de internalização, foram assegurados os custos de funcionamento e exploração das mesmas atividades pelo Município de AAA a partir da data de dissolução, com exceção do custo das atividades inerentes ao investimento, financiamento (da atividade em curso) e empréstimos.

Com vista a assegurar o acima exposto para os contratos de prestação de serviços e fornecimento em vigor enviou-se esforços por ambas as entidades no sentido de proceder à cessão da posição contratual.

Em conjunto com a proposta de dissolução, a Assembleia Municipal de AAA, sob proposta da Câmara Municipal de AAA, deliberou a internalização da atividade da Empresa Municipal ABC, com efeito a partir do dia 1 de abril de 2013.

No que se refere às medidas de proteção dos direitos de terceiros não sócios, ou seja, os direitos dos trabalhadores, na medida em que se verificou a cessação dos contratos individuais de trabalho à data da dissolução, foi assegurada a liquidação dos créditos laborais aos trabalhadores visados, nos termos previstos na lei.

Atendeu-se às modalidades de proteção dos direitos dos credores, verificou-se a obrigatoriedade de acordo escrito dos credores para a efetivação da transmissão de passivo. Esta disposição do Código das Sociedades Comerciais garantiu, assim, a proteção dos direitos dos credores. Não tendo sido adotadas quaisquer outras medidas especiais de proteção dos direitos dos credores, na medida em que os mesmos beneficiam das medidas legalmente reconhecidas, estando assim devidamente acautelados os seus direitos.

Considerou-se que à luz do disposto na alínea n.º 12 do Art. 62.º da Lei n.º 50/2012 de 31 de agosto, a natureza das atividades a internalizar, que vinham a ser desenvolvidas pela Empresa Municipal ABC, tendo sido possível internaliza-las na estrutura do Município, numa unidade prevista no Regulamento de organização dos serviços municipais.

Assim sendo, a prossecução do objeto previsto nos Estatutos da Empresa Municipal ABC passou a ser garantido, a partir da data da sua dissolução, pelo Município de AAA, com exceção das atividades inerentes ao projeto em curso financiado, até que fosse garantida a transmissão dos direitos e obrigações, ativos e passivos decorrentes das posições contratuais respetivas.

Posteriormente, apresentou-se ao Conselho de Administração da Empresa Municipal ABC, a proposta de deliberação à alteração do artigo em questão do Regulamento de Organização dos Serviços Municipais, em consequência da incorporação das competências internalizadas no Município AAA.

Com vista à elaboração da Listagem dos Postos de Trabalho indispensáveis para a prossecução das atividades a internalizar, o Município de AAA originou a abertura de procedimentos concursais destinados ao aprovisionamento dos postos de trabalho nos termos da lei. Até à conclusão dos procedimentos referidos os mesmos postos foram assegurados com recurso à cedência nos termos previstos no n.º 6 do Art. 62.º da Lei 50/2012 de 31 de agosto.

Nos casos que não se verificou a constituição de relação jurídica de emprego público por tempo indeterminado na sequência dos procedimentos concursais acima referidos pelos trabalhadores cedidos, e se verificou a cessação dos contratos individuais de trabalho, foram liquidados os seguintes créditos laborais aos trabalhadores visados pela Empresa Municipal ABC:

- Compensação por antiguidade;
- Retribuição de férias e respetivo subsídio correspondentes a férias vencidas e não gozadas no ano da cessação do contrato;
- Retribuição de férias e respetivo subsídio proporcionais ao tempo de serviço prestado durante o ano da cessação do contrato;
- Subsídio de natal no valor proporcional ao tempo de serviço prestado no ano da cessação do contrato.

Neste sentido, em suma, foram implementadas todas as medidas necessárias à Internalização:

- Proposta de dissolução e consequente internalização das atividades da Empresa Municipal ABC dissolvida;
- Liquidação do património da Empresa Municipal ABC: aplicação das premissas dispostas nos Procedimentos Administrativos de dissolução e de liquidação de entidades comerciais; elaboração do projeto partilha do ativo e passivo restante; pagamento das dívidas da empresa municipal; cessação de contratos de prestação de serviços e fornecimentos; e garantia dos custos de funcionamento e exploração.
- Plano de internalização das atividades que passaram a integrar os serviços da Câmara Municipal de AAA;
- Salvaguarda da situação dos trabalhadores visados da Empresa Municipal ABC, garantindo aos mesmos os seus direitos legais, através da liquidação de créditos laborais.

De forma a finalizar o processo de dissolução e liquidação, procedeu-se aos registos e comunicações oficiais, tendo sido para isso, apresentado o requerimento na Conservatória do Registo Comercial – Modelo 1 da DGRN- no qual foi requerido o reconhecimento da causa de dissolução da empresa, tendo sido apresentada a ata onde consta a deliberação da dissolução da Empresa Municipal ABC.

Acompanharam o requerimento acima referido os seguintes elementos:

- Cartão de Identificação de Pessoa Coletiva;
- Bilhete de Identidade e Número de Identificação Fiscal da pessoa que procede à apresentação do requerimento;
- Certidão Permanente do Registo Comercial comprovativa de todas as inscrições em vigor;

- Deliberações que consubstanciam a dissolução, das quais tem que constar a dissolução da sociedade; a aprovação e encerramento das contas; a aprovação e encerramento das contas;
- Número da Segurança Social da Pessoa Coletiva;
- Número de Identificação Fiscal dos Administradores.

O requerimento acima referido implicou o pagamento da quantia de €350,00 (trezentos e cinquenta euros), correspondente aos encargos devidos pelo procedimento.

Uma vez registada a dissolução, Conservatória do Registo Comercial, procedeu à comunicação oficiosa desse facto:

- Registo Nacional de Pessoas Coletivas para efeitos da respetiva inscrição no ficheiro central de pessoas coletivas;
- Autoridade Tributária e à Segurança Social para efeitos de dispensa de apresentação das competentes declarações de alteração de situação jurídica.

## **5.5. Apresentação dos Resultados**

Para que fosse proporcionada a correta visão das implicações económicas e financeiras na decisão tomada, e assim, dotar o presente relatório de estágio de valor acrescentado, foi essencial a intervenção de um conjunto de pessoas intervenientes em todo o processo, habilitadas no domínio das ferramentas, conceitos, metodologias e técnicas. O que permitiu reforçar a capacidade de interpretação do funcionamento da atividade empresarial local.

No âmbito deste estudo de caso, considerou-se os pressupostos apresentados através da utilização da metodologia referida no Capítulo IV do presente relatório de estágio, com vista a garantir uma imagem fiel do desempenho e da situação económico-financeira da Empresa Municipal ABC.

No presente ponto do relatório de estágio, encontra-se disposto o processo a realizar, desde a deliberação da dissolução à respetiva internalização da empresa local.

No passado dia 1 de abril, foi deliberada a dissolução e entrada em liquidação da sociedade Empresa Municipal ABC ao abrigo do disposto no Art. 62.º da Lei n.º 50/2012 de 31 de agosto, a qual aprovou o RJAEPL.

No que concerne aos documentos de prestação de contas da Empresa Municipal ABC, os mesmos foram reportados à data da dissolução, 1 de abril de 2013. À presente dissolução e liquidação aplicou-se o princípio da neutralidade fiscal previsto no Art. 74º e seguintes do Código do Imposto sobre o Rendimento de Pessoas Coletivas, na medida em que todos os bens a transmitir pela Empresa Municipal ABC para o titular do capital social, o Município de AAA, foram transmitidos pelos respetivos valores líquidos contabilísticos.

As contas de dissolução aprovadas, apresentadas na Tabela 7, refletem um conjunto de ativos e passivos que importa sujeitar à liquidação e à partilha. O valor do ativo a 1 de abril de 2013 ascendia a 1.885.680,03€ (um milhão, oitocentos e oitenta e cinco, seiscientos e oitenta euros e três cêntimos) e o valor de passivo a 1.701.726,76€ (um milhão, setecentos e um mil, setecentos e vinte e seis euros, e setenta e seis cêntimos).

Na medida em que parte dos ativos e passivos se encontram condicionados pelo projeto em curso financiado, foi necessário enviar esforços no sentido da transmissão dos direitos e obrigações, ativos e passivos decorrentes das posições contratuais respetivas.

Assim na impossibilidade de efetuar a liquidação total dos ativos e passivos da sociedade à data da sua dissolução, e perante a necessidade de afetar alguns dos bens do ativo da sociedade à normal atividade que foi internalizada no Município, bem como assegurar a amortização do empréstimo de médio longo prazo contraído pela empresa, realizou-se uma liquidação parcial e partilha em espécie a favor do Município de AAA, originando o Projeto de Partilha.

De referir que em relação ao passivo de financiamento obtido, foi emitido por parte do credor (a instituição bancária concedente), uma declaração de aceitação da cessão da posição contratual e transmissão do crédito.

**Tabela 7: Balanço de Prestação de Contas reportados à data 1 de abril de 2013**

RUBRICAS	DATAS	
	01-03-2013	31-12-2012
<b>ATIVO</b>		
<b>Ativo não corrente</b>		
Ativos fixos tangíveis	1.809.751,97 €	1.791.066,21 €
Ativos Intangíveis	- €	- €
Participações Financeiras - MEP	- €	- €
	<b>1.809.751,97 €</b>	<b>1.791.066,21 €</b>
<b>Ativo corrente</b>		
Inventários	40.819,23 €	40.802,18 €
Clientes	877,64 €	847,50 €
Adiantamentos a fornecedores	95,76 €	95,76 €
Estado e outros entes públicos	11.408,14 €	5.831,20 €
Acionistas / Sócios	- €	- €
Outras contas a receber	63,18 €	2.614,16 €
Diferimentos	3.925,66 €	4.935,37 €
Caixa e depósitos bancários	18.738,45 €	101.072,09 €
	<b>75.928,06 €</b>	<b>156.198,26 €</b>
<b>Total do ATIVO</b>	<b>1.885.680,03 €</b>	<b>1.947.264,47 €</b>
<b>CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO</b>		
<b>Capital Próprio</b>		
Capital realizado	50.000,00 €	50.000,00 €
Reservas Legais	5.563,25 €	5.563,25 €
Outras reservas	3.000,00 €	3.000,00 €
Resultados Transitados	- 54.244,69 €	28.808,86 €
Ajustamentos em ativos financeiros	- €	- €
Outras variações no capital próprio	250.781,45 €	210.781,45 €

	255.100,01 €	298.153,56 €
Resultado líquido do período	- 71.146,74 €	- 83.053,55 €
<b>Total do Capital Próprio</b>	<b>183.953,27 €</b>	<b>215.100,01 €</b>
<b>PASSIVO</b>		
<b>Passivo não corrente</b>		
Financiamentos Obtidos	1.544.000,00 €	1.474.823,98 €
Passivos por impostos diferidos	49.538,76 €	49.538,76 €
<b>Subtotal</b>	<b>1.593.538,76 €</b>	<b>1.524.362,74 €</b>
<b>Passivo Corrente</b>		
Fornecedores	55.355,48 €	26.991,89 €
Estado e outros entes públicos	11.800,29 €	20.627,84 €
Financiamentos Obtidos	- €	69.176,02 €
Outras Contas a Pagar	41.032,23 €	91.005,97 €
<b>Subtotal</b>	<b>108.188,00 €</b>	<b>207.801,72 €</b>
<b>Total do Passivo</b>	<b>1.701.726,76 €</b>	<b>1.732.164,46 €</b>
<b>Total do Capital Próprio e do Passivo</b>	<b>1.885.680,03 €</b>	<b>1.947.264,47 €</b>

**Tabela 8: Demonstração de Resultados reportados à data de 1 de abril de 2013**

<b>RENDIMENTOS E GASTOS</b>	<b>PERÍODOS</b>	
	<b>01-03-2013</b>	<b>31-12-2012</b>
Vendas e serviços prestados	2.854,78 €	31.023,23 €
Subsídios à exploração	- €	477.518,00 €
Ganhos / Perdas imputados de subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos	- €	- €
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	- 1.478,79 €	- 19.219,60 €
Fornecimentos e serviços externos	- 37.839,03 €	- 256.880,90 €
Gastos com o pessoal	- 21.759,00 €	- 234.912,52 €
Imparidades de dívidas a receber (perdas/reversões)	- €	- 7.775,48 €
Outros rendimentos e ganhos	- €	29.728,86 €
Outros gastos e perdas	- 11.404,44 €	- 89.447,35 €
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos	<b>- 69.626,48 €</b>	<b>- 69.965,76 €</b>
Gastos / reversões de depreciação e de amortização	- 1.432,64 €	- 9.232,99 €
	<b>- 71.059,12 €</b>	<b>- 79.198,75 €</b>
<b>Juros e gastos similares suportados</b>	- 9,05 €	- 3,75 €
<b>Resultado antes de impostos</b>	<b>- 71.068,17 €</b>	<b>- 79.202,50 €</b>
<b>Imposto sobre rendimento do período</b>	- 78,57 €	- 3.851,05 €
<b>Resultado líquido do período</b>	<b>- 71.146,74 €</b>	<b>- 83.053,55 €</b>

Da aprovação das contas de dissolução resulta o Balanço a partir do qual se efetuará a liquidação e partilha, designado por Balanço de Partilha.

Pelo presente projeto de partilha parcial são partilhados em espécie, pelo seu valor líquido de depreciação, exatamente os itens do ativo intangível e o inventário, e o valor do capital em dívida do empréstimo em vigor que totalizam o seguinte valor decomposto pelas seguintes contas:

**Tabela 9: Balanço de Partilha à data de 1 de abril de 2013**

<b>RUBRICAS</b>	<b>01-03-2013</b>
<b>ATIVO</b>	
<b>Ativo não corrente</b>	
Ativos fixos tangíveis	45.444,70 €
Ativos Intangíveis	- €
Participações Financeiras – MEP	- €
	<b>45.444,70 €</b>
<b>Ativo corrente</b>	
Inventários	40.819,23 €
Clientes	- €
Adiantamentos a fornecedores	- €
Estado e outros entes públicos	- €
Acionistas / Sócios	- €
Outras contas a receber	- €
Diferimentos	- €
Caixa e depósitos bancários	- €
	<b>40.819,23 €</b>
<b>Total do ATIVO</b>	<b>86.263,93 €</b>
<b>CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO</b>	
<b>CAPITAL PRÓPRIO</b>	
Capital realizado	- €
Reservas Legais	- €
Outras reservas	- €
Resultados Transitados	- €
Ajustamentos em ativos financeiros	- €
Outras variações no capital próprio	- €
	- €
<b>Resultado líquido do período</b>	- €
<b>Total do Capital Próprio</b>	- €
<b>PASSIVO</b>	
<b>Passivo não corrente</b>	
Financiamentos Obtidos	1.544.000,00 €
Passivos por impostos diferidos	- €
<b>Subtotal</b>	- €
<b>Passivo Corrente</b>	
Fornecedores	- €
Estado e outros entes públicos	- €
Financiamentos Obtidos	- €
Outras Contas a Pagar	- €
<b>Subtotal</b>	- €
<b>Total do Passivo</b>	<b>1.544.000,00 €</b>
<b>Total do Capital Próprio e do Passivo</b>	<b>1.544.000,00 €</b>



Ocorreu a partilha com o Município de AAA de um ativo no valor de 86.263,93€<sup>8</sup>, consubstanciado em bens do ativo devidamente elencados e valorizados e transmitido um passivo de 1.544.000,00€<sup>9</sup>, consubstanciado por um contrato de empréstimo de médio longo prazo.

Pela aplicação da percentagem de participação ao valor total a partilhar, obtemos o seguinte resultado de partilha:

**Tabela 10: Aplicação da percentagem de Participação ao valor total a Partilhar**

Sócio	Valor de Aquisição	% Participação	Valor das Entradas	Resultado da Partilha	Variação
<b>Município de AAA</b>	-1.457.736,07	100%	-1.457.736,07 €	- 1.457.736,07 €	- €
<b>Total</b>	<b>-1.457.736,07</b>	<b>100%</b>	<b>-1.457.736,07</b>	<b>-1.457.736,07</b>	<b>- €</b>

Remanescem então por partilhar os seguintes valores apresentados no Balanço de Partilha, sendo este constituído apenas as contas relativas aos bens e valores a partilhar pelo Município.

**Tabela 11: Discriminação do Ativo e Passivo a partilhar**

Designação	Valor líquido
Rubrica	01-03-2013
Ativos fixos tangíveis	45.444,70 €
Inventários	40.819,23 €
Financiamentos Obtidos	-1.544.000,00 €
Passivos por impostos diferidos	- €
<b>TOTAL A PARTILHAR</b>	<b>-1.457.736,07 €</b>

Do Plano de Dissolução, Liquidação e Internalização proposto consta o quadro da Previsão das disponibilidades orçamentais necessárias, nos termos da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro, que aprova as regras aplicáveis à assunção de compromissos e aos pagamentos em atraso das entidades públicas, onde se elenca os compromissos a assumir com a exploração até final de 2013.

A dissolução e a definição dos termos da internalização das atividades da Empresa Municipal ABC dependem da deliberação para o efeito da Assembleia Municipal de AAA, mediante proposta do órgão executivo. O desenvolvimento e o imediato cumprimento das atividades objeto de internalização, tornou necessária, a assunção de compromissos pelo Município de AAA no âmbito do seu Orçamento e Plano de Atividades para 2013. Tal como os proveitos das mesmas atividades objeto de internalização passarão a constituir receita do Município de AAA no âmbito do seu Orçamento e Plano de Atividades para o ano de 2013.

<sup>8</sup> O valor do Ativo partilhado é composto pelo Ativo Fixo Tangível no valor de 45.444,70€, e pelo Inventário no valor de 40.819,23€.

A Previsão das Disponibilidades Orçamentais necessárias<sup>10</sup>, nos termos da Lei n.º 8/2012 de 21 de fevereiro, encontra-se presente na Tabela 12 supracitada, onde é possível verificar a partir da relação entre receitas e despesas existentes para o ano de 2013. Relação que permitiu concluir que é possível a incorporação das despesas inerentes à internalização das atividades, e os procedimentos que daí advém.

**Tabela 12: Previsão das Disponibilidades Orçamentais necessárias à internalização**

DESCRIÇÃO	ORÇAMENTO 2013
<b>Receitas correntes</b>	<b>64.571,69 €</b>
Impostos diretos	- €
Impostos indiretos	- €
Taxas, multas e outras penalidades	- €
Rendimentos da propriedade	- €
Transferências correntes	- €
<b>Venda de bens e serviços correntes</b>	<b>64.571,69 €</b>
Venda de bens	- €
Serviços	64.571,69 €
Rendas	- €
<b>Outras receitas correntes</b>	<b>- €</b>
<b>Receitas de capital</b>	<b>199.305,00 €</b>
<b>Venda de bens de investimento</b>	<b>199.305,00 €</b>
Terrenos	199.305,00 €
Habitações	- €
Edifícios	- €
Outros bens de investimento	- €
<b>Transferências de capital</b>	<b>- €</b>
<b>Ativos financeiros</b>	<b>- €</b>
<b>Passivos financeiros</b>	<b>- €</b>
<b>Outras receitas de capital</b>	<b>- €</b>
<b>Rep. não abatidas nos pagamentos</b>	<b>- €</b>
<b>Total receita</b>	<b>263.876,69 €</b>
<b>Receitas correntes</b>	<b>64.571,69 €</b>
<b>Receitas de capital</b>	<b>199.305,00 €</b>
<b>Despesas correntes</b>	<b>45.877,40 €</b>
<b>Despesas com o pessoal</b>	<b>16.520,68 €</b>
<b>Aquisição de bens e serviços</b>	<b>25.738,43 €</b>
<b>Juros e outros encargos</b>	<b>- €</b>
<b>Transferências correntes</b>	<b>- €</b>
<b>Subsídios</b>	<b>- €</b>

<sup>9</sup> O valor do Passivo é composto pelo valor do financiamento obtido para realização de um projeto em curso.

<sup>10</sup> **Tabela 12:** Quadro da Previsão das Disponibilidades Orçamentais necessárias para a internalização do serviço da Empresa Municipal ABC dissolvida. A **Tabela 12** tem por base dados reais de uma outra câmara municipal, não tendo sido utilizados os dados reais correspondentes à Empresa Municipal ABC, por motivo de o quadro da previsão ter sido elaborado pelo próprio Município de AAA, e a entidade de acolhimento, SMART Vision, não ter tido acesso à sua elaboração.

<b>Outras despesas correntes</b>	3.618,29 €
<b>Despesas de capital</b>	<b>150.000,00 €</b>
<b>Aquisição de bens de capital</b>	150.000,00 €
Investimentos	150.000,00 €
Terrenos	- €
Habitações	- €
Edifícios	- €
Construções diversas	150.000,00 €
Outros	- €
Locação financeira	- €
Bens de domínio público	- €
<b>Transferências de capital</b>	- €
<b>Ativos financeiros</b>	- €
<b>Passivos financeiros</b>	- €
<b>Outras despesas de capital</b>	- €
<b>Total despesa</b>	<b>195.877,40 €</b>
<b>Despesa corrente</b>	<b>45.877,40 €</b>
<b>Despesa de capital</b>	<b>150.000,00 €</b>
<b>Saldo (Receita - Despesa)</b>	<b>67.999,29 €</b>

Em virtude do n.º 12 do Art. 62.º do RJAEPL, foram justificados no Plano de Internalização, os recursos afetos e necessárias ao cumprimento das atividades que assimiladas pelo Município de AAA. Sendo exemplo disso, os recursos humanos que se encontram em regime de mobilidade previstos na Lei n.º 12-A/2008 de 27 de fevereiro, e os recursos humanos que se enquadram no regime de contrato de trabalho. Foram também assegurados os serviços até à conclusão dos procedimentos a dissolução e liquidação, com o recurso à cedência ao abrigo do regime de trabalho disposta no n.º 6 do Art. 62.º do RJAEPL.

Neste âmbito, apresenta-se a Listagem dos Postos indispensáveis para a prossecução das atividades a internalizar, que pode ser consultada no Anexo 2<sup>11</sup>.

<sup>11</sup> **Anexo 2:** Lista dos Postos de Trabalho para prossecução das Atividades da Empresa Municipal ABC internalizadas no Município de AAA.

## Capítulo VI – Conclusão

Como inicialmente definido pretendia-se avaliar o tipo de influência na pertinência que a Lei n.º 50/2012 de 31 de agosto, origina na vida das empresas locais, nas suas interações com a localidade e consequências desse relacionamento nas comunidades envolventes. E em que medida algumas práticas conduzem a soluções ou, pelo contrário, as agudizam.

Através da elaboração do estudo, constatou-se a falta de um claro referencial concebível e juridicamente capaz de justificar a oportunidade da criação das empresas locais, a necessidade de uma clara definição da sua organização e funcionamento, a inexistência da monitorização destas situações por parte do Governo, e por vezes, o efeito da péssima governação da tipologia dessas entidades. Estas são algumas das carências detetadas e que subsistem apesar da operacionalização da lei em questão.

Deve ser considerada a possibilidade de integração das áreas socioeconómicas dos diferentes setores de atividades, de forma mais especializada ao nível da Administração Local, promovendo a proximidade com os cidadãos, sendo um exemplo disso, os serviços municipalizados.

Não foi possível identificar se as medidas a aplicar devem ter por base a prestação de serviços públicos ou o direito privado, pois cada um possui as suas vantagens e inconvenientes, mas é essencial perceber que os objetivos das empresas pertencentes ao setor empresarial local não devem ser definidos para o curto prazo. Como exemplo, tem-se a questão de o objeto social das empresas locais serem de âmbito público, ao contrário do tratamento fiscal e jurídico que são de âmbito privado.

Devem ser criadas premissas diferentes no RJELPL, para empresas locais sem fins lucrativos e para as empresas locais com fins lucrativos. Isto porque o primeiro tipo de entidades não possuem a mesma capacidade de eficiência que as empresas que visam o lucro. Sendo exemplo de uma medida a implementar, a recuperação da integralidade ou parte dos custos com as prestações de serviços públicos, a restrição orçamental na Administração Local respetiva, e a monitorização da atividade das empresas locais a nível operacional e financeiro.

A justificação do parágrafo anterior prende-se pelo facto da existência de uma elevada amplitude de áreas de prestação de serviços públicos no RJELPL, e consequentemente, o mesmo ocorre ao nível de mercados e realidades económicas. É necessário ser definido um conjunto ponderado de critérios destinado às diferentes áreas, e ajustando os mesmos critérios à realidade económico-social de cada administração local. Ou seja, deve existir mais especialização técnica e maior razoabilidade nos critérios aplicados, principalmente no que se refere a entidades que praticam atividades sem fins lucrativos.

No que concerne aos despedimentos coletivos que se verificam com as premissas da mesma lei, não parece ser a solução mais benéfica em termos económico a longo prazo, embora se reconheça a utilidade da prática da mobilidade interna e a proibição da celebração de contratos-programa para áreas já existentes na Administração Local que diz respeito à empresa local.

A aplicação do Capítulo VI do RJAEPL, permitiu promover a sustentabilidade financeira através da extinção de entidades locais em desequilíbrio financeiro, assim como regular a atuação das autarquias na prestação de serviços aos seus cidadãos, e consequentemente mudar o modelo de gestão autárquica.

A partir do estudo de caso, a Empresa Municipal ABC, verificou-se que a mesma carece de alguma eficiência operacional, não sendo visível uma estratégia de desenvolvimento sustentável, embora esta não seja uma situação generalizada. As empresas referidas apresentam na sua generalidade uma situação económico-financeira frágil. Percebeu-se que esses “defeitos” terão sido consequência: da falta de pressão por parte do mercado e dos sócios/acionistas; e da improbabilidade da existência de risco de falência.

Verificou-se também a partir do estudo de caso: a difícil execução técnica dentro dos prazos estipulados; a possibilidade da dissolução ir contra a vontade do legal proprietário da empresa; e as implicações no Orçamento de Estado com os processos de cedência de interesse público para a ocupação de postos de trabalho indispensáveis para a prossecução das atividades a internalizarem.

É perceptível a intenção generosa da Lei n.º 50/2012 de 31 de agosto, de redução da despesa pública (local) e a gestão eficaz e eficiente das empresas locais.

No que concerne ao objetivo proposto, verificou-se que o impacto do novo RJAEPL na Empresa Municipal ABC na respetiva autarquia local e que as reformas feitas à Administração Pública Local propicia gestão eficaz e eficiente dos recursos públicos disponibilizados, a curto prazo. Uma vez que se cumpriu um dos objetivos principais do Governo Português, a redução da despesas público através da redução do número de entidades locais e funcionários públicos.

Mas a longo prazo, acredita-se que podem surgir situações contrárias aos objetivos, como por exemplo, a despromoção da harmonia territorial e agravamento da vida socioeconómica dos cidadãos.

Todavia opinião do autor, um dos objetivos gerais da reforma da administração local, a consideração das especificidades locais, não foi tida em consideração na elaboração do RJAEPL. Esta situação vai de encontro ao referenciado anteriormente, onde se aplicam os critérios de razoabilidade independentemente da região local onde a empresa local se situe.

Em suma, pode-se afirmar que todos os objetivos definidos inicialmente foram cumpridos, tal como as tarefas inerentes aos mesmos. Resta acrescentar que se identificou com este trabalho, uma oportunidade para partir para estudos mais completos, nomeadamente, à verificação dos efeitos contabilístico com a passagem de SNC para o POCAL quando ocorrem situações de internalização, e à verificação do impacto ao nível das contas e endividamento municipal.

## Bibliografia

- Circular n.º 167/2012 de 12 de dezembro da Associação Nacional de Municípios Portugueses.*  
CIR\_167\_2012\_PB (2012).
- Coelho, P. P. (2011). Reforma da Administração Local. *Governo de Portugal*. Acedido a 25 maio. 2013.  
Disponível em <http://www.portugal.gov.pt/pt/os-temas/reforma-administracao-local/reforma-administracao-local.aspx>.
- Comissão de Acompanhamento. (2011). *Livro Branco do Sector Empresarial Local* (pp. 1–44). Lisboa: RCM. Disponível em [http://www.nedal.uminho.pt/0\\_content/lb\\_-\\_sel.pdf](http://www.nedal.uminho.pt/0_content/lb_-_sel.pdf).
- Constituição da República Portuguesa da Assembleia da República Portuguesa*. Diário da República : I Série-A, n.º 155 (2005). Acedido a 2 fev. 2013. Disponível em <http://dre.pt/util/pdfs/files/crp.pdf>.
- Correio da Manhã. (2013). *Câmaras arrastam extinção de empresas municipais*. Acedido a 18 mar. 2013.  
Disponível em <http://www.cmjornal.xl.pt/detalhe/noticias/ultima-hora/camaras-arrastam-extincao-de-empresas-municipais>.
- Costa, T. C. S. (2005). *A utilidade da Contabilidade de Custos nas autarquias - O caso da fixação das tarifas e preços municipais*. Tese de Mestrado em Contabilidade e Auditoria, Escola de Economia e Gestão da Universidade do Minho. Disponível em [http://repositorium.sdum.uminho.pt/bitstream/1822/4924/2/Dissertacao versao final.pdf](http://repositorium.sdum.uminho.pt/bitstream/1822/4924/2/Dissertacao%20versao%20final.pdf).
- Direção-Geral do Tesouro e Finanças. ([s.d.]-a). Ministério da Finanças. *O que é o Sector empresarial do Estado (SEE) ?* Acedido a 22 fev. 2013. Disponível em <http://www.dgtf.pt/Sector-Empresarial-do-Estado-SEE/O-que-e-o-Sector-empresarial-do-Estado-SEE->.
- Direção-Geral do Tesouro e Finanças. ([s.d.]-b). Enquadramento Legal do SEE. *Enquadramento Legal*. Acedido a 22 fev. 2013. Disponível em <http://www.dgtf.pt/sector-empresarial-do-estado-see/enquadramento-legal>.
- Ferreira da Cruz, N. M. (2008). *Viabilidade das Empresas Municipais na Prestação de Serviços de Infra-estruturas Urbanas*. Tese de Mestrado em Engenharia Civil, Instituto Superior Técnico da Universidade Técnica de Lisboa. Disponível em <https://dspace.ist.utl.pt/bitstream/2295/233804/1/dissertacao.pdf>.
- Gabinete do Ministro Adjunto e dos Assuntos Parlamentares. (2011). *Documento Verde da Reforma da Administração Local* (pp. 1–39). Lisboa: Governo de Portugal. Disponível em [http://www.portugal.gov.pt/media/132774/doc\\_verde\\_ref\\_adm\\_local.pdf](http://www.portugal.gov.pt/media/132774/doc_verde_ref_adm_local.pdf).
- Governo de Portugal. *Regime Jurídico da Actividade Empresarial Local e das Participações Locais* (2012).
- Jornal de Notícias. (2011). *Sector Empresarial do Estado será alvo de “profunda reestruturação”*. Acedido a 22 fev. 2013. Disponível em [http://www.jn.pt/PaginaInicial/Nacional/Interior.aspx?content\\_id=2055667](http://www.jn.pt/PaginaInicial/Nacional/Interior.aspx?content_id=2055667).
- Lei n.º 50/2012 de 31 de agosto da Assembleia da República Portuguesa*. Diário da República : I Série, n.º 169 (2012). Acedido a 1 fev. 2013. Disponível em <http://dre.pt/pdf1sdip/2012/08/16900/0493304944.pdf>.
- Lei n.º 53-F/2006 de 29 de dezembro da Assembleia da República*. Diário da República : I Série, n.º 249 (2006). Acedido a 1 fev. 2013. Disponível em <http://dre.pt/pdf1sdip/2006/12/24904/03950402.pdf>.
- Lei n.º 79/77 de 25 de outubro da Assembleia da República Portuguesa*. Diário da República : I Série, n.º 247 (1977). Acedido a 1 fev. 2013. Disponível em <http://app.parlamento.pt/webutils/docs/doc.pdf?path=6148523063446f764c3246795a5868774d546f334>

e7a67774c325276593342734c58526c6548524263484a76646938784f5463334c3078664e7a6c664d546b334e7935775a47593d&fich=L\_79\_1977.pdf&Inline=true.

Matos, C. (2012). *Diário Económico. Reforma da Administração Local sujeita a IVA?* Acedido a 22 fev. 2013. Disponível em [http://economico.sapo.pt/noticias/reforma-da-administracao-local-sujeita-a-iva\\_151742.html](http://economico.sapo.pt/noticias/reforma-da-administracao-local-sujeita-a-iva_151742.html).

Ministério das Finanças e da Administração Pública e da Justiça. *Decreto-Lei n.º 76-A/2006 de 29 de março*. Diário da República : I Série-A, n.º 63 (2006). Acedido a 28 fev. 2013. Disponível em <http://dre.pt/pdf1s/2006/03/063A01/00020190.pdf>.

Oliveira, A. C. de. (2001). Empresas Municipais e Intermunicipais entre o Público e o Privado. *Revista de Administração e Políticas Públicas*, II(1), 126–136.

Oliveira, M. M. (2010). *Diário Económico. Há 2.000 administradores de empresas municipais*. Acedido a 23 mar. 2013. Disponível em [http://economico.sapo.pt/noticias/ha-2000-administradores-de-empresas-municipais\\_87902.html](http://economico.sapo.pt/noticias/ha-2000-administradores-de-empresas-municipais_87902.html).

Paiva dos Reis, A. C. (2012). *A Organização dos Transportes a Nível Municipal*. Tese de Mestrado em Gestão, Universidade de Coimbra. Disponível em [https://estudogeral.sib.uc.pt/jspui/bitstream/10316/21441/1/Relat%C3%B3rio Est%C3%A1gio Ana Cristina Reis.pdf](https://estudogeral.sib.uc.pt/jspui/bitstream/10316/21441/1/Relat%C3%B3rio%20Est%C3%A1gio%20Ana%20Cristina%20Reis.pdf).

*Parecer da Proposta de Lei n.º 58/XII/1.ª (GOV) de 29 de julho*. Sindicato Nacional dos Trabalhadores da Administração Local e Regional (2010). Acedido a 2 fev. 2013. Disponível em <http://app.parlamento.pt/webutils/docs/doc.pdf?path=6148523063446f764c324679626d56304c334e706447567a4c31684a5355786c5a793944543030764d54464451553955554577765247396a6457316c626e527663306c7561574e7059585270646d46446232317063334e68627938314e6a5a685a6a466d4f4330794e3251334c545268596d497459546b774d693030596d466b597a4d344e44426d4e544d756347526d&fich=566af1f8-27d7-4abb-a902-4badc3840f53.pdf&Inline=true>.

*Parecer da Proposta de Lei n.º 58/XII/1.ª (GOV), de 24 de abril*. Associação Nacional de Municípios Portugueses (2012). Coimbra. Acedido a 1 fev. 2013. Disponível em [http://app.parlamento.pt/webutils/docs/doc.pdf?path=6148523063446f764c3246795a5868774d546f334e7a67774c325276593342734c576c756156684a5358526c65433977634777314f43315953556c664d6935775a47593d&fich=ppl58-XII\\_2.pdf&Inline=true](http://app.parlamento.pt/webutils/docs/doc.pdf?path=6148523063446f764c3246795a5868774d546f334e7a67774c325276593342734c576c756156684a5358526c65433977634777314f43315953556c664d6935775a47593d&fich=ppl58-XII_2.pdf&Inline=true).

*Parecer da Proposta de Lei n.º 58/XII/1.ª (GOV), de 25 de maio*. Comissão de Ambiente Ordenamento do Território e Poder Local (2012). Lisboa. Acedido a 2 fev. 2013. Disponível em <http://app.parlamento.pt/webutils/docs/doc.pdf?path=6148523063446f764c324679626d56304c334e706447567a4c31684a5355786c5a793944543030764d54464451553955554577765247396a6457316c626e527663306c7561574e7059585270646d46446232317063334e68627938354e444e694f54686b5a6930314d44566b4c5451334f474974596a6b795a4330774f44466a4d32526a5a5745794d4745756347526d&fich=943b98df-505d-478b-b92d-081c3dcea20a.pdf&Inline=true>.

*Parecer da Proposta de Lei n.º 58/XII/1ª (GOV) de 28 de abril*. Presidência do Conselho de Ministros - n.º 491 (2012). Acedido a 2 fev. 2013. Disponível em [http://app.parlamento.pt/webutils/docs/doc.pdf?path=6148523063446f764c3246795a5868774d546f334e7a67774c325276593342734c576c756156684a5358526c65433977634777314f43315953556c664d7935775a47593d&fich=ppl58-XII\\_3.pdf&Inline=true](http://app.parlamento.pt/webutils/docs/doc.pdf?path=6148523063446f764c3246795a5868774d546f334e7a67774c325276593342734c576c756156684a5358526c65433977634777314f43315953556c664d7935775a47593d&fich=ppl58-XII_3.pdf&Inline=true).

*Parecer da Proposta de Lei n.º 58/XII/1ª (GOV) de 30 de maio*. Comissão de Orçamento, Finanças e Administração Pública (2012). doi:<http://app.parlamento.pt/webutils/docs/doc.pdf?path=6148523063446f764c324679626d56304c334e706447567a4c31684a5355786c5a793944543030764e554e50526b46514c305276593356745a57353062334e4a626d6c6a6157463061585a685132397461584e7a595738765a5467794d5451304d6d45745a5>.

*Parecer do Professor David Duarte, de 10 de dezembro*. (2012) (pp. 1–46). Lisboa.

Pereira, P. T. (2009). *Economia e finanças públicas : da teoria à prática*. (Almedina, Ed.) (2.ª ed.). Coimbra.

*Portaria n.º 103/2013 de 19 de Março do Ministério da Justiça.* Diário da República : I Série, n.º 55 (2013). Acedido a 2 fev. 2013. Disponível em <http://www.dre.pt/pdf1s/2013/03/05500/0175801761.pdf>.

*Proposta de Lei n.º 58/XII de 11 de maio da Presidência do Conselho de Ministros.* Diário da República : II Série A, n.º: 179 (2012). Acedido a 1 fev. 2013. Disponível em <http://app.parlamento.pt/webutils/docs/doc.pdf?path=6148523063446f764c3246795a5868774d546f334e7a67774c325276593342734c576c756156684a5358526c65433977634777314f43315953556b755a47396a&fich=ppl58-XII.doc&Inline=true>.

*Resolução do Conselho de Ministros n.º 39/2011 da Presidência do Conselho de Ministros.* Diário da República : I Série, n.º 183 (2011). Acedido a 2 fev. 2013. Disponível em <http://dre.pt/pdfgratis/2011/09/18300.pdf>.

Silva Marques, A. M. da. (2012). *As Empresas Municipais - Um contributo para a caracterização da sua posição financeira.* Tese de Mestrado em Finanças Empresariais, Instituto Politécnico do Porto - Escola Superior de Estudos Industriais e de Gestão. Disponível em [http://recipp.ipp.pt/bitstream/10400.22/1143/1/DM\\_AntonioMarques\\_2012.pdf](http://recipp.ipp.pt/bitstream/10400.22/1143/1/DM_AntonioMarques_2012.pdf).

Simões, B. (2011). *Jornal de Negócios. Atrasos no Livro Branco das empresas municipais geram “profundas preocupações” no Governo.* Acedido a 23 mar. 2013. Disponível em [http://www.jornaldenegocios.pt/economia/detalhe/atrasos\\_no\\_livro\\_branco\\_das\\_empresas\\_municipais\\_geram\\_quotprofundas\\_preocupaccedilotildeesquot\\_no\\_governo.html](http://www.jornaldenegocios.pt/economia/detalhe/atrasos_no_livro_branco_das_empresas_municipais_geram_quotprofundas_preocupaccedilotildeesquot_no_governo.html).

TSF. (2011). *Governo revela que muitas empresas municipais vão ser reformuladas.* Rádio TSF. Acedido a 18 mar. 2013. Disponível em [http://www.tsf.pt/PaginaInicial/Economia/Interior.aspx?content\\_id=2165565](http://www.tsf.pt/PaginaInicial/Economia/Interior.aspx?content_id=2165565).



# Anexo 1

Representação dos Processos existentes no Capítulo VI da

Lei n.º 50/2012 de 31 de agosto

Representação dos Processos existentes no Capítulo VI da Lei n.º 50/2012 de 31 de agosto						
	Alienação	Dissolução	Integração	Fusão	Internalização	Transformação
<b>Deliberações</b>	Compete ao órgão deliberativo da entidade pública participante, sob proposta do respetivo órgão executivo, deliberar sob a alienação integral ou parcial do capital social das empresas locais ou das participações locais.	A dissolução, transformação, integração, fusão ou internalização das empresas locais, depende da <b>prévia deliberação dos órgãos da entidade pública participante</b> competentes pela sua criação, e a quem também incube de definir os termos da liquidação do respetivo património quando se suceder. Estas mesmas deliberações são <b>comunicadas à DGAL e à IGF, e à entidade reguladora do setor</b> , quando esta exista, incluindo o plano de integração/internalização, <b>no prazo de 15 dias</b> .				
<b>Processo</b>		Sem prejuízo do elencado no art.º 35.º do Código das Sociedades Comerciais, as empresas locais devem ser objeto de deliberação de dissolução no prazo de seis meses, quando se verificar uma das seguintes condições do n.º 1 do art. 62.º, nos <b>últimos três anos</b> anteriores à publicação da Lei n.º 50/2012 de 31 de agosto: <b>a)</b> As vendas e prestações de serviços realizados não cobrem, pelo menos, 50 % dos gastos totais dos respetivos exercícios; <b>b)</b> O peso contributivo dos subsídios à exploração é superior a 50 % das suas receitas; <b>c)</b> O valor do resultado operacional subtraído ao mesmo, o valor correspondente às amortizações e às depreciações é negativo; <b>d)</b> O resultado líquido é negativo.  O regime jurídico aplicado é o dos procedimentos de dissolução e liquidação das sociedades comerciais.	Caso se opte pela dissolução <b>seguida da liquidação</b> , pode posteriormente proceder-se à integração da empresa local como um <b>serviço municipalizado</b> , desde que a mesma opção seja objeto de deliberação no prazo de seis meses.	Caso se opte pela dissolução <b>seguida da liquidação</b> , pode posteriormente proceder-se à fusão entre empresas locais dependendo da <b>prévia demonstração da viabilidade económico-financeira, e da racionalidade económica da futura estrutura</b> , desde que a mesma opção seja objeto de deliberação no prazo de seis meses.	Caso se opte pela dissolução <b>seguida da liquidação</b> , pode posteriormente proceder-se à <b>internalização da (s) atividade (s)</b> da empresa local, <b>nos serviços da entidade pública participante</b> , desde que a mesma opção seja objeto de deliberação no prazo de seis meses.	Caso não se opte pela dissolução, pode proceder-se à <b>alienação integral da participação detida pela entidade pública participante</b> , desde que a mesma opção seja objeto de deliberação no prazo de seis meses.
<b>Procedimentos</b>	Sempre que as <b>empresas locais</b> incorram numa das alienas do <b>n.º 1 do art. 62.º da Lei n.º 50/2012 de 31 de agosto</b> , as <b>participações locais</b> devem ser objeto de <b>alienação obrigatória</b> .	Definição dos termos da liquidação do património da empresa local.  Conforme mencionado, se as empresas locais incorrem numa das alienas do n.º 1 do art. 62.º da Lei n.º 50/2012 de 31 de agosto, procede-se ao processo referido na coluna " <b>Alienação</b> ".	O serviço municipalizado integrado, deve se encontrar em <b>conformidade com o estipulado no Capítulo II da Lei n.º 50/2012 de 31 de agosto</b>	O <b>estudo</b> a realizar deve-se encontrar em conformidade com o <b>estipulado no art.º 32.º da Lei n.º 50/2012 de 31 de agosto</b> , e ficando a nova empresa local, sujeita ao regime dos arts. 22.º e 23.º)	Para tal, será necessário apresentar o <b>Plano de Internalização</b> referido no n.º 12 do art.º 62.º da Lei n.º 50/2012 de 31 de agosto, no prazo de 15 dias, juntamente com a deliberação da medida adotada.	Este processo leva a que a empresa local <b>perca a sua natureza</b> , e consequentemente os seus <b>efeitos legais e contratuais</b> .
<b>Violação</b>	Qualquer violação ao capítulo IV (Participações Locais) deve ser comunicada à IGF pela DGAL.					

Outras situações	<p>Outras situações que podem levar à realização de processo de alienação:</p> <p>Se no prazo dos seis meses os <b>estatutos não</b> se encontrarem em <b>conformidade</b> com a <b>Lei n.º 50/2012 de 31 de agosto</b>.</p> <p>Até ao encerramento da liquidação ou à alienação das respetivas posições, são consideradas <b>empresas locais</b> as <b>sociedades comerciais</b> em que essas empresas <b>exerçam</b> ou possam exercer <b>uma posição dominante</b>. Devendo as mesmas <b>ser dissolvidas</b>, ou, as respetivas <b>participações alienadas integralmente</b>, por elas detidas nas demais sociedades comerciais, e também devem <b>cessar a participação em associações, fundações e cooperativas</b>.</p>	<p>Outras situações que podem levar à realização de processo de dissolução:</p> <p>Se no prazo dos seis meses os <b>estatutos não</b> se encontrarem em <b>conformidade</b> com a <b>Lei n.º 50/2012 de 31 de agosto</b>.</p> <p>A <b>violação do dever de informação previsto no n.º1 do art.º 42º da Lei n.º 50/2012 de 31 de agosto</b> implica a dissolução dos órgãos da empresa local, devendo os mesmos titulares, indemnizar as entidades públicas participantes pelos prejuízos causados pela retenção do n.º 2 e seguintes do art.º 44º da Lei n.º 50/2012 de 31 de agosto.</p> <p>Pelo elencado no n.º 3 do art. 27.º da Lei n.º 50/2012 de 31 de agosto, o <b>não exercício de poderes delegados</b> dá lugar à dissolução da empresa local pelo disposto do Capítulo VI.</p>				
Pessoal		<p>Prevê-se a <b>possibilidade de cedência às entidades públicas participantes dos trabalhadores da empresa local</b>, contratados ao abrigo do regime de contrato de trabalho nos termos do art.º 58.º da Lei n.º 12-A/2008, na exata medida em que estes se encontrem afetos e necessários <b>ao cumprimento das atividades objeto de integração ou internalização</b>. Devendo celebrar os acordos no prazo de seis meses após a deliberação da dissolução da empresa local, não sendo aplicado o art. 72.º da Lei n.º 12-A/2008 (remuneração de origem) sob pena de nulidade.</p> <p>Aos trabalhadores em efetividade de funções nas empresas locais em situação de dissolução do n.º1 do art. 62.º, que não se encontrem ao abrigo de instrumentos de mobilidade previstos na Lei n.º 12-A/2008, <b>aplica-se o regime de trabalho</b>.</p> <p>Os trabalhadores em situação de <b>emprego por tempo indeterminado</b>, que se encontrem na situação de cedência de interesse público ao abrigo e nos termos do n.º6 do art.º 62.º da Lei n.º 50/2012 (empresa local em processo de dissolução), podem <b>candidatar-se aos procedimentos concursais</b> exclusivamente destinados aos titulares da situação de emprego por tempo indeterminado, e devem ser abertos pelas entidades públicas participantes às quais foram cedidos, no prazo máximo de doze meses a contar da data do acordo de cedência de interesse público a que se referem os n.º 6 e 7 do art.º 62.º. Contudo só é possível, se o concurso for <b>destinado à ocupação do posto de trabalho correspondente às funções ou atividade</b> que o trabalhador cedido executava, na exata medida do âmbito de integração ou internalização previstos no n.º 1 do art.º 64.º e 65.º da Lei n.º 50/2012 de 31 de agosto.</p> <p>O disposto nos n.ºs 6 a 10 do art.º 62.º da Lei n.º 50/2012 de 31 de agosto apenas se aplica aos trabalhadores detentores de contrato de trabalho por tempo indeterminado <b>admitidos pelo menos um ano antes da deliberação da dissolução da empresa local</b>, não sendo devida qualquer compensação pela extinção do anterior posto de trabalho.</p> <p>Os trabalhadores com <b>contrato de trabalho por tempo indeterminado</b> a que se refere o n.º 8 do art.º 62.º da Lei n.º 50/2012 de 31 de agosto, <b>não são contabilizados</b> para efeitos do <b>limite</b> de contratação previsto na <b>Lei do Orçamento do Estado</b>.</p>				

# Anexo 2

Listagem de postos de trabalho indispensáveis para a  
prossecução de atividades a internalizar

Descrição do posto de trabalho	Atividades desempenhadas a internalizar	N.º de postos	Carreira/Categoria	Área funcional	Área habilitacional	Justificação
Técnico de Manutenção/Armazém	Atividades no domínio da manutenção e gestão de instalações, nomeadamente: providenciar a abertura e fecho das instalações, acender e apagar as luzes, ligar e desligar os alarmes, guardar e zelar pelas instalações, zelar pelo normal funcionamento e utilização das instalações, inventariar e controlar sistematicamente os equipamentos e matérias em carga, realizar levantamentos de necessidades e informar da necessidade de aquisição de equipamentos ou materiais e coordenar a execução de reparações e a instalação de novos equipamentos que necessitem a cooperação de outras entidades.	1	Assistente Operacional	Técnico de Manutenção/Armazém	Nível habilitacional exigido: Escolaridade obrigatória ou curso que lhe seja equiparado, a que corresponde o grau de complexidade 1 previsto na alínea a) do n.º 1 do artigo 44.º da Lei n.º 12 - A/2008, de 27 de fevereiro.	O posto de trabalho indicado é indispensável para assegurar as atividades internalizadas no Município, nomeadamente o normal funcionamento dos equipamentos anteriormente da responsabilidade da Empresa Municipal ABC, cujos necessitam requerem o desenvolvimento de atividades operacionais de gestão e manutenção com afetação de pelo menos um assistente no seu horário de funcionamento.
Técnico administrativo	Atividades administrativas de suporte á gestão de projetos e processos relativos aos equipamentos Centro de Artes, Posto de Turismo, Estádio Municipal, Biblioteca e Auditório Municipal, nomeadamente nos domínios do expediente geral, atendimento e informação ao público interno e externo, organizar e executar tarefas administrativas de apoio à atividade comercial dos equipamentos e organização de arquivo.	1	Assistente Técnico	Administrativa	Nível habilitacional correspondente a, pelo menos de, nível secundário	O posto de trabalho indicado é indispensável para assegurar as atividades internalizadas no Município, nomeadamente o normal funcionamento dos equipamentos anteriormente da responsabilidade da Empresa Municipal ABC, cujos necessitam requerem a gestão administrativa dos processos e atividades desenvolvida nos mesmos.
Balconista/Rececionista	Atividades no âmbito da de receção e acompanhamento de visitantes dos equipamentos, nomeadamente do Posto de Turismo e do Centro de Artes; vendas nas lojas do Posto de Turismo e do Centro de Artes; realização do inventário dos stocks; apoio na realização de eventos e outras funções conexas com a disponibilização de serviços nos equipamentos em causa.	4	Assistente Técnico	Atendimento Presencial/Administrativa	Nível habilitacional correspondente a, pelo menos de, nível secundário	Os postos de trabalho indicados são indispensáveis para assegurar as atividades internalizadas no Município, nomeadamente o normal funcionamento dos equipamentos anteriormente da responsabilidade da Empresa Municipal ABC, cujos necessitam requerem o atendimento presencial e afetação de pelo menos três

assistentes técnicos para manter o seu horário de funcionamento.

Técnico Superior na área de Informática e Multimédia ou Equiparado	Atividades na área técnica de multimédia, designadamente: manutenção e preservação de todo o sistema informático dos espaços municipais designadamente Centro de Artes, Posto de Turismo, Estádio Municipal, Biblioteca e Auditório Municipal ao nível de software e hardware; manutenção das páginas Web; elaboração de manuais de instalação e operação de programas informáticos, elaboração de listas para a compra de equipamentos e suprimentos de multimédia, dar suporte formativo aos utilizadores, implantando aplicativos e utilitários, tirando dúvidas e orientando os utilizadores, instalar, operar e dar manutenção nas redes de computadores do Centro de Artes, Posto de Turismo, Biblioteca e Auditório Municipal, cooperar na integração do computador com a Internet e com os serviços disponibilizados via Web; cooperar na gestão e manutenção dos equipamentos de projeção de imagem e som do Centro de Artes e Auditório Municipal.	1	Técnico de Informática Grau 1	Informática e Multimédia	Licenciatura na área de Informática e Multimédia ou Equiparado	O posto de trabalho indicado é indispensável para assegurar as atividades internalizadas no Município, nomeadamente o normal funcionamento dos equipamentos anteriormente da responsabilidade da Empresa Municipal ABC, cujos dispõem de equipamentos de som, projeção e multimédia, que requerem formação específica para sua configuração, manutenção e utilização.
Técnico Superior na Área do Turismo ou Equiparado	Atividades no domínio da animação turística, designadamente, receção e acompanhamento de visitantes do Posto de Turismo, do Centro de Artes, planeamento e organização de produtos e serviços turísticos, promoção e venda de produtos e serviços turísticos do concelho, dinamização e condução de atividades de animação em contexto turístico	1	Técnico superior	Turismo	Licenciatura na área do Turismo ou Equiparado	O posto de trabalho indicado é indispensável para assegurar as atividades internalizadas no Município, nomeadamente o normal funcionamento dos equipamentos anteriormente da responsabilidade da Empresa Municipal ABC, bem como o desenvolvimento das atividades na área da promoção do desenvolvimento competência que passa igualmente a ser desempenhada pelo Município.

Técnico Superior na Área da Cultura ou Equiparado	Atividades relacionadas com animação cultural, designadamente: exercer com autonomia e responsabilidade funções de estudo, conceção e adaptação de métodos e processos técnico-científicos inerentes à respetiva licenciatura; elaborar os planos anuais de atividades, valorizando os domínios da formação de novos públicos e o apoio à criação artística; implementar, acompanhar, avaliar e apresentar propostas de regulamentação das diversas atividades; analisar e prestar a informação técnica a solicitações dos diferentes agentes culturais tendo em vista o apoio regular ou excecional do Município às respetivas atividades; acompanhar estudos e consultorias relativos às atividades culturais do Município; coordenar e acompanhar todas as atividades culturais regulares promovidas pela Empresa Municipal ABC, bem como as atividades culturais delegadas pelo Município de AAA; acompanhar as atividades desenvolvidas na Biblioteca Municipal e no Auditório Municipal; elaborar a programação de Cinema e acompanhar as respetivas projeções,	1	Técnico superior	Cultura	Licenciatura na Área da Cultura ou Equiparado	O posto de trabalho indicado é indispensável para assegurar as atividades internalizadas no Município, o desenvolvimento das atribuições na área da cultura, que passam a ser desempenhadas pelo Município.
Técnico Superior na Área do Desporto ou Equiparado	Atividades inerentes à dinamização da área de Desporto, designadamente: gerir as infraestruturas desportivas municipais; elaborar os planos anuais de atividades valorizando os domínios da formação de novos públicos e o apoio à atividade desportiva; implementar, acompanhar, avaliar e apresentar propostas de regulamentação das diversas atividades; analisar e prestar a informação técnica a solicitações dos diferentes agentes desportivos, tendo em vista o apoio regular ou excecional do Município de AAA às respetivas atividades.	1	Técnico superior	Desporto	Licenciatura na Área do Desporto ou Equiparado	O posto de trabalho indicado é indispensável para assegurar as atividades internalizadas no Município, o desenvolvimento das atribuições na área do desporto e tempos livres, que passam a ser desempenhadas pelo Município.

Técnico Superior na Área de Ação Social ou Equiparado	<p>Tarefas no domínio da ação social, designadamente: detetar quais as necessidades gerais de um indivíduo, família ou grupo (processo designado por diagnóstico da situação), designadamente em matéria de habitação; reunir informações suscetíveis de dar resposta às necessidades dos indivíduos e grupos, aconselhando-os sobre os direitos e obrigações; atendimento aos indivíduos, encaminhando-os para as diversas entidades públicas e privadas que podem auxiliá-los na resolução dos seus problemas (Governo Regional, autarquias, escolas, serviços da Segurança Social, associações de solidariedade social); incentivar os indivíduos, famílias, e outros grupos a resolverem os seus problemas, tanto quanto possível através dos próprios meios, promovendo uma atitude de autonomia e participação – encorajando-os, por exemplo, a dirigem-se a entidades empregadoras, instituições de solidariedade social, serviços sociais, entre outros, com vista à resolução dos seus problemas; colaborar na definição e avaliação das políticas sociais, com base nos conhecimentos obtidos através de estudos efetuados junto da população concelhia, para melhor adequação entre as medidas de política social, em particular no que diz respeito à habitação social e os direitos reconhecidos aos cidadãos; monitorizar o uso e o cumprimento das obrigações dos beneficiários, nos fogos que venham a ser atribuídos; coordenar a atividade dos Centros de Convívio das diversas freguesias do concelho, mantendo uma estreita relação de apoio social aos idosos.</p>	1	Técnico superior	Ação Social	Licenciatura na Área de Ação Social ou Equiparado	O posto de trabalho indicado é indispensável para assegurar as atividades internalizadas no Município, o desenvolvimento das atribuições na área da ação social, que passam a ser desempenhadas pelo Município.
Técnico Superior de Design, Comunicação ou Equiparado	<p>Atividades no domínio do design gráfico, designadamente: conceção da linha gráfica e respetivos materiais, apoio e produção dos materiais gráficos, apoio a tarefas de vitrinista, decoração de interiores e exposições.</p>	1	Técnico superior	Design e comunicação	Licenciatura na área de Design, Comunicação ou Equiparado	O posto de trabalho indicado é indispensável para assegurar as atividades internalizadas no Município, nomeadamente a conceção e produção de materiais de divulgação e subjacentes ao desenvolvimento das atividades nas áreas da cultura, desporto e tempos livres, competência que passa igualmente a ser desempenhada pelo Município.



Técnico Superior de Biblioteca, Arquivo e Documentação	Atividades relacionadas com o conteúdo funcional de Técnico de Biblioteca, Arquivo e Documentação designadamente: gerir todo o espólio da Biblioteca Municipal; informatizar toda a documentação que compõe o espólio da Biblioteca, recorrendo a softwares específicos, com vista à modernização dos serviços prestados aos seus utilizadores, transformando a Biblioteca num espaço mais aprazível e organizado; reformular e organizar o Depósito de documentação de apoio à Biblioteca; criar as devidas condições de conservação do espólio Histórico; dinamizar atividades na Biblioteca de Adultos com vista à promoção e desenvolvimento de hábitos de leitura; zelar pelos equipamentos disponibilizados aos utilizadores na Biblioteca Municipal; apoiar na seleção e organização dos livros; organizar e/ou montar/desmontar o património móvel ou imóvel exposto no e pelo concelho, promovendo a sua conservação e qualidade dos mesmos, procurando a heterogenia dos temas abordados e dos autores apresentados; coordenar trabalhos, caso se justifiquem, de salvaguarda e restauro das mesas expositoras, painéis e outros suportes museográficos, necessários ao normal funcionamento das exposições concelhias; colaborar na elaboração dos planos anuais de atividades.	1	Técnico superior	Biblioteca, Arquivo e Documentação	Licenciatura Técnico de BAD	O posto de trabalho indicado é indispensável para assegurar as atividades internalizadas no Município, nomeadamente o normal funcionamento da Biblioteca Municipal anteriormente da responsabilidade da Empresa Municipal ABC, bem como o desenvolvimento das atividades na área da cultura, competência que passa igualmente a ser desempenhada pelo Município.
Técnico Superior na área de Economia ou Equiparado	Atividades no domínio económico-financeiro, designadamente: apoio na elaboração dos instrumentos previsionais, estudos e análise financeira, gestão de financiamentos com entidades bancárias, acompanhamento dos projetos e execução financeira dos mesmos, candidaturas a fontes de financiamento e gestão da execução financeira, execução de registos na área de contabilidade e produção de elementos de reporte, preparação dos documentos de prestação de contas, incluindo relatórios de gestão.	1	Técnico superior	Economia e Gestão	Licenciatura na área de Economia ou Equiparado	O posto de trabalho indicado é indispensável para assegurar as atividades de programação, gestão e controlo financeiro das atividades e projetos anteriormente da responsabilidade da Empresa Municipal ABC, bem como dos processos de financiamento bancário e de programas nacionais e comunitários.